

Amme



Ata da sessão extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de dezembro de 2023

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária no Auditório da Biblioteca Almeida Faria, em Montemor-o-Novo, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2024 -----
- 2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2024 -----
- 3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2024 -----
- 4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Proposta de percentual a aplicar em 2024 -----
- 5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2024 ---
- 6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2024 -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----
Ana Cristina dos Santos Silva, André Filipe Martins Fonseca em substituição em substituição de Vasco Manuel Braga Picaró, António Joaquim da Silva Danado, António José Marques Monteiro, Carla Sofia Godinho Pereira, Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira, Elisabete Cristina Cebola Martins, Hélder Manuel Caetano Linguíça, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Jacinto Carlos Alves Delca, Jaime Manuel Pinto de Oliveira, João António Duarte Caetano da Veiga, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joel José Pequito Pedreirinho, Jorge Fernando Mesquita Barbosa em substituição de Luis Filipe da Silva Machado, José Manuel Salsinha Geraldo, José Maria Barroso Fernandes, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Nuno Alexandre Cardoso Rato, Paula Cristina Martins Pinto, Paula Cristina Pinto Martins, Rui Fernando Benavente Páscoa, Rui Sande em substituição de Maria de Fátima Nogueira Breia, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Silva em substituição de Maria da Conceição Carneiro, Vitor Carrasco em substituição de Guilherme Tomás de Almeida Franco e Vitor Carapetudo em substituição de Sara Isabela Rebocho Bravo e Vasco Picaró registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, as Senhoras Vereadoras Sílvia Santos e Graça Nascimento e os Senhores Vereadores António Xavier, António Pinetra e Gil Porto. Não participou nesta sessão o Senhor Vereador Henrique Lopes. -----

Por se tratar de uma sessão extraordinária, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que ia dar início, de imediato, à ordem de trabalhos. -----

- 1º. Ponto – Proposta de Derrama sobre o IRC para 2024 -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Executivo, com Pelouros, definiu como meta reduzir progressivamente os impostos sobre as empresas e sobre as pessoas, nomeadamente no que respeita à derrama sobre o IRC e à participação do município no IRS. Considera que esta redução, associada ao mesmo tempo à valorização das várias potencialidades, ajuda à fixação de empresas e de famílias. Assim sendo, para o ano de 2024, propõe-se que a derrama de IRC sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos seja de 0,75% para as empresas com um volume de faturação superior a 150 mil euros, mantendo-se a taxa reduzida de 0,5% para as restantes. Esta nova descida da derrama sobre o IRC representa uma poupança nas empresas, com sede no Concelho de Montemor-Novo, sendo uma poupança estimada em cerca de 160 mil euros. A referida medida tem a intenção de fixar o tecido empresarial no território de Montemor-o-Novo, sendo a autarquia sensível às dificuldades sentidas pelo tecido económico, sobretudo nas pequenas e médias empresas neste período de aumento generalizado do custo dos bens, das matérias e dos serviços. Informou ainda que a proposta foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara Municipal com quatro votos favoráveis dos Senhores Vereadores do PS e Vereador do CDS-PP/ PSD e três abstenções dos Senhores Vereadores da CDU. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino questionando sobre qual será o impacto desta medida na criação de empresas no Concelho, ou seja, com esta descida progressiva que o imposto tem tido, quantas empresas é que se localizaram em Montemor pelo facto da derrama ser mais reduzida. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que os eleitos pela CDU colocaram esta mesma pergunta em 2021, em 2022 e agora é feita também em 2023. Salientou que não existe forma de calcular a razão das empresas que se têm instalado em Montemor-Novo, no entanto foi com muito agrado que assinou algumas cartas de boas-vindas a empresas que têm escolhido a sua sede neste Conselho. Disse ainda que todos devem reconhecer que o tecido empresarial é incentivado por muitos fatores, sendo este um desses fatores. Trata-se de um sinal de que este Município é amigo dos empresários, porque estes são os grandes motores da economia concelhia, regional e nacional. Sejam bem-vindos a Montemor-novo. Concluiu dizendo que a derrama no nosso concelho é metade da derrama nos outros concelhos, a localização geográfica é impressionante e a qualidade de vida ainda maior. -----

Ainda sobre a presente proposta o eleito Senhor Joel Pedreirinho informou que o voto dos eleitos pelo PSD será favorável, pois trata-se uma medida que está no seu programa eleitoral, sendo favorável à captação e ao desenvolvimento de empresas no nosso concelho. -----

O eleito Senhor João Veiga, interveio seguidamente salientando que o executivo está a cumprir o que definiu, ou seja, reduzir progressivamente os impostos sobre as empresas e sobre as pessoas, nomeadamente a derrama sobre o IRC. Os eleitos da bancada do Partido Socialista acreditam que esta redução, associada também à valorização das nossas potencialidades, ajudarão à fixação de empresas e de famílias. Frisou ainda que a aplicação de uma derrama é decidida pelas autarquias locais e não pelo Governo Central. As Câmaras Municipais têm a opção de aplicar uma taxa adicional sobre IRC das empresas que operam na sua área, dentro dos limites estabelecidos pela lei. Assim, para o ano 2024, a proposta de derrama de IRC sobre o

Carminel

lucro tributável, sujeito e não isento de impostos, é de 0,75% para as empresas com um volume de faturação superior a 150 mil euros, mantendo-se a taxa reduzida de 0,5% para as restantes. Relembrou que se trata de mais uma descida deste imposto que, quando este Executivo começou a exercer funções executivas, estava no limite máximo, que era 1,5%. Esta nova descida da derrama sobre o IRC representa uma poupança nas empresas no Concelho de cerca de 160 mil euros. Disse ainda que verifica com agrado que a autarquia é sensível às dificuldades sentidas pelo tecido económico, sobretudo nas pequenas e médias empresas. -----

Por não haver mais pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos favoráveis (11 votos dos eleitos pelo PS; 2 votos dos eleitos pelo PSD e 3 votos dos eleitos pelo CDS/PP) e 12 abstenções dos eleitos pela CDU. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para apresentar uma Declaração de Voto em nome dos eleitos pela CDU, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos da Reunião de 28 dezembro de 2023 Considerando que: -----

a) de acordo com a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal pode lançar anualmente uma derrama para financiamento de investimentos municipais com características socioeconómicas e que o valor a receber, independentemente da taxa a deliberar, está sujeito a variações anuais, conforme a tendência de IRC; -----

b) no atual modelo de financiamento das autarquias locais e tendo presente a sua estrutura de angariação de receitas próprias, é imprescindível continuar a dispor de meios financeiros que permitam à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, aplicar uma estratégia de desenvolvimento e progresso para o concelho, intervir e dar resposta às necessidades das populações; -----

c) sendo evidente a limitação das finanças públicas e em particular dos impostos diretos e indiretos verificada na estrutura do Orçamento da Receita, bem como a necessidade de continuar a assegurar os recursos financeiros imprescindíveis ao seu financiamento; -----

d) a proposta apresentada não corresponde à totalidade dos princípios e objetivos atrás definidos, os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal, votam pela abstenção, em relação à proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 28 de dezembro de 2023” -----

2º. Ponto – Proposta de Participação do Município no IRS para 2024 -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, esclareceu que até ao ano 2021, o município de Montemor-o-Novo arrecadou o máximo possível deste imposto, ao contrário de outros municípios, que não cobravam nada ou que cobravam apenas uma parte. Atualmente, a opção da Câmara Municipal de Montemor-novo, nesta matéria, é o caminho gradual e expectável para tornar este território mais atrativo, ao possibilitar que os habitantes do Concelho paguem menos IRS. A proposta

que se apresenta reflete uma nova descida de 2% relativamente à participação do município no IRS, máxima, de 5%, fixando-se em 2024 esta participação em 3%, permitindo aos montemorenses uma poupança estimada em cerca de 307 mil euros. Afirmou que o dinheiro ficará de igual modo no Concelho, apenas com uma diferença, em vez de ficar nos cofres da Câmara Municipal, ficará nas famílias. -----

Na sua opinião, uma grande parte desta verba, será gasta localmente e contribuirá para a dinamização da economia local, sendo por isso um sinal muito importante. Esta medida será naturalmente um alívio para a classe média, que é, um motor de economia, no que diz respeito aos privados, e que tem sido algo penalizada com impostos. Esta medida foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara Municipal. -----

Relativamente à referida proposta, a eleita Senhora Hortênsia Menino afirmou que os eleitos da CDU vão votar a favor desta medida, ainda que tenham largas preocupações sobre quais as famílias que serão beneficiados com esta realidade da devolução do IRS, porque está mais do que estudado que este benefício se aplica sobretudo às famílias de maior rendimento. -----

Interveio ainda o eleito Senhor Luis Machado salientando que a proposta apresentada, na verdade não é uma redução de 2%, mas apenas de 0,5% comparativamente ao que foi reduzido, no ano passado. Afirmou que os eleitos pelo CDS-PP votarão favoravelmente, tal como o fizeram no ponto anterior, porque se trata de uma descida genérica dos impostos em que o município pode tomar uma ação concreta. Tal medida, faz parte e fazia parte do programa eleitoral do Projeto Juntos para Fazer Diferente. Reforçou que sempre defenderá que o Estado não deve asfixiar as famílias e as empresas com impostos e se o município pode ter uma posição que faça frente e diminua o esforço, congratula-se com esta conquista. Considera que a questão colocada pela CDU, relativamente à da derrama, faz algum sentido, seria interessante analisar até que ponto esta medida está a trazer novas empresas para o concelho. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, reforçando que considera que a descida é de 2%, porque se este ponto não viesse a esta reunião de Câmara, a participação do município no IRS era 5%. E será de 0,5 % relativamente ao ano anterior. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

3º. Ponto – Proposta de IMI a cobrar em 2024 -----

Sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a taxa de IMI proposta os para prédios urbanos a cobrar em 2024 e respeitante ao ano anterior, 2023, é semelhante, ou seja, de 0,3%, que é o valor mínimo. Mantêm-se também as majorações para prédios urbanos degradados. Tal como em 2023, mantêm-se a redução de 30% para a habitação própria e permanente em zonas urbanas das freguesias rurais do Concelho, assim como uma redução de 15% para a habitação própria na cidade de Montemor-Novu. Esclareceu ainda que a proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Pediu a palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho frisando que encontrar habitação no concelho é um dos maiores desafios para alguém que se queira fixar. Considera que

este tema tem ainda um maior impacto quando se trata de jovens, atrasando a sua saída de casa e obrigando mesmo a sair do concelho. Na ótica do combate ao grave problema demográfico, é fundamental revitalizar este setor da habitação e a falta dele, promovendo a reabilitação do centro histórico e criando condições especiais para as freguesias, fazendo renascer a cidade e o Concelho. Salientou que uma das grandes preocupações do programa da Coligação “Juntos Por Fazer Diferente”, é a revitalização da habitação, o urbanismo e a reabilitação urbana, tendo apresentado três medidas distintas. Assim sendo, os eleitos pelo PSD consideram que estas medidas irão e estão a promover e fomentar a criação e desenvolvimento de habitação no nosso Conselho e aumentar a oferta de habitação, promovendo a fixação dos jovens e reduzindo a atual especulação imobiliária, pelo que votarão a favor. Continuando no uso da palavra apresentou uma proposta para que no próximo orçamento seja ponderado, pelo executivo, o apoio também a famílias com apenas um dependente. Apesar de saber que com dois dependentes será um incentivo à natalidade para dois dependentes, ainda assim com um dependente apenas e tendo em conta as dificuldades que atualmente os casais têm, será também uma medida de incentivo e de apoio à natalidade. -----

A eleita Senhora Hortênsia Menino usou da palavra seguidamente referindo que a proposta de aplicação de IMI já era feita pelo valor mínimo, aquando da gestão CDU. Os eleitos pela CDU concordam que o valor se mantenha e que se possam aplicar as majorações e minorações possíveis, desde que seja possível que elas sejam aplicáveis na prática, questão com a qual a anterior gestão se debatia com dificuldades. Consideram que se trata de uma medida positiva pelo que irão votar favoravelmente. - Não havendo outros pedidos de esclarecimentos, a Senhora Presidente colocou o documento à consideração dos eleitos da Assembleia Municipal. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

4º. Ponto – Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Proposta de percentual a aplicar em 2024 -----

No que respeita a esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que é para manter o seu percentual de 0,25% para o ano 2024, sendo uma receita que representa um valor pequeno, um valor de 7 mil e 500 euros. Acrescentou que a mesma foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal. -----

Usou da palavra o eleito Senhor Luis Machado dizendo nada ter a opor relativamente a esta matéria e questionando o executivo sobre qual a rubrica do orçamento, na ótica da receita, está pressuposto este valor. -----

Novamente no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença da Dra. Susana Curto e da Dra. Elisabete Frade, funcionárias do município, bem como o gigantesco esforço para preparação da proposta de orçamento municipal que será apresentada no ponto seguinte. Solicitou de seguida que a funcionária Susana Curto pudesse dar resposta à questão do eleito Senhor Luis Machado, tendo a mesma referido que relativamente à contabilização da referida taxa, encontra-se classificada na rubrica de taxas, multas e outras penalidades, com uma previsão, para 2024, de 15 mil euros. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo há uma estimativa que possa duplicar, no entanto continua a ser uma verba com pouca influência e pouco valor no orçamento. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou de imediato o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2024 ---

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradecendo de novo à Dra. Susana Curto e à Dra. Elisabete Frade as suas presenças na sessão, mas também as muitas semanas que trabalharam nesta proposta de orçamento, com o objetivo de ser discutida na sessão da Assembleia Municipal agendada para o dia quinze de dezembro de 2023, a qual foi remetida, aos eleitos da Assembleia Municipal, com nove dias de antecedência. Apesar disso, foi entendido, por esta Assembleia, que havia necessidade de mais tempo para uma melhor análise. Assim sendo, apresenta-se, na presente sessão, a deliberação a proposta de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2024. -----

Continuando no uso da palavra referiu que as Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Concelho e são sempre um instrumento orientador do exercício da atividade executiva do município, com foco especial nas atividades e investimentos para o ano de 2024. Os documentos que se apresentam têm as linhas de orientação pragmática e estratégica que vão ao encontro das propostas para o Concelho, definidas e delineadas pelo atual executivo. As ações e iniciativas a realizar, durante o ano de 2024, serão as consideradas mais relevantes, com o objetivo de solucionar problemas concretos e na perspetiva de alcançar o necessário desenvolvimento socioeconómico e encontrar respostas e soluções para as ambições dos munícipes montemorenses. No âmbito da democracia participativa, a proximidade com os munícipes, é um dos fatores mais importantes da gestão autárquica. Disse ainda que, para além da auscultação da população em momentos agendados, o atendimento aos munícipes, assim como a organização de decisões temáticas de interesse relevante para o Concelho, estão também programados o Orçamento Participativo Jovem e a dinamização do Conselho Municipal da Juventude, envolvendo os jovens na tomada de posição. Continuando no uso da palavra, disse que em matéria de desenvolvimento económico e emprego, o executivo pretende continuar a aproveitar a excelente localização geográfica do Concelho de Montemor-Novo e todas as suas potencialidades como um grande fator de atração, apoiando a revitalização e o auxílio económico empresarial. Considera que a fixação de jovens famílias se consegue com a criação de emprego e com adequadas políticas de habitação, por essa razão, propõe-se para o ano de 2024, manter a taxa do valor mínimo de 0,3%, complementada com taxas reduzidas em situações específicas para as famílias, visando assim promover a atratividade do território. -----

Também em matéria fiscal, a proposta que se apresenta reflete uma nova descida de 2%, relativamente à participação do município no IRS, fixando-se em 3%, permitindo que os montemorenses tenham uma poupança estimada em cerca de 307 mil euros. No que respeita a derrama de IRC, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos, tem mais um decréscimo em 2024 e situa-se nos 0,75% para empresas com volume de faturação superior a 150 mil euros, mantendo-se a taxa reduzida de 0,5%

Amme

para as restantes. Tudo isto, irá gerar poupanças às empresas, com sede no nosso Concelho, na ordem dos 160 mil euros. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, para além do crescente apoio ao comércio local, através do Protocolo Local, dinamizador dos Centros Urbanos, prevê-se uma aposta na requalificação dos arruamentos e infraestruturas da Zona Industrial da Adua e também no Parque de Exposições Municipal, através da instalação de novos quadros elétricos, investimento que aguarda ainda a abertura do aviso do quadro comunitário PT 2030. O Mercado Municipal, centro de economia local, será alvo de um pequeno investimento, através da instalação de uma caixa automática ATM, suportada pelo município de Montemor-Novo. A Câmara Municipal assumindo a responsabilidade pela promoção e dinamização na captação de investimento, irá reforçar e capacitação da Startup Montemor-Novo. Destacou a intenção de instalação de uma nova incubadora de empresas e espaço de co-working, localizada no centro da cidade de Montemor-Novo, nas antigas instalações do Jardim de Infância nº 2, projeto a ser apoiado no âmbito do PT 2030. No que diz respeito à habitação e planeamento urbano e com o objetivo de fixar população, continuará a ser desenvolvido, em paralelo com uma forte aposta no desenvolvimento económico, um plano de aumento da habitação disponível no Concelho para melhoria das condições de habitabilidade. A revisão da Estratégia Local de Habitação, já aprovada pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, é muito importante para a concretização deste objetivo. A ELH irá promover a reabilitação de habitações municipais devolutas e também a aquisição de habitações para reabilitar, inclusivamente nas freguesias rurais. Em 2024, a Estratégia Local de Habitação contemplará ainda a execução de projetos de reabilitação, fiscalização, execução da obra, certificação energética e o apoio do município à submissão de candidaturas referentes ao Programa Primeiro Direito para IPSS's e beneficiários diretos. Está programado o lançamento de um Portal Municipal da Habitação, que reunirá todas as informações sobre o tema, sendo uma ferramenta muito importante para a promoção deste setor. Do ponto de vista dos instrumentos de gestão territorial, destacou a revisão do plano de urbanização para 2024. No âmbito da cultura, pretende-se dar continuidade às diversas ofertas de atividades multidisciplinares que refletem as várias sinergias e que têm vindo a ser solidificadas entre os diferentes agentes culturais, juntas de freguesia, município e diferentes públicos. Informou também que a candidatura à rede de teatros foi proposta para aprovação, com uma qualificação bastante elevada. -----

Referiu ainda que o início da remodelação e requalificação do Cineteatro Curvo Semedo, a aguardar a abertura do aviso do quadro comunitário PT 2030, será uma marca também do ano de 2024, assim como a urgente requalificação do Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre. Também o Roteiro Levantado do Chão, continuará a ser dinamizado através de trabalhos de tradução, filmagens, produção de vídeos promocionais e participação em eventos e feiras. O Centro de Animação Socioeducativa - Oficina da Criança continuará a ser uma marca do município de Montemor-o-Novo como um lugar de aprendizagem, conhecimento e criatividade. Salientou que, após um ano de transferência de competências, no âmbito da educação, pode concluir-se que se estabeleceu uma política de proximidade e de diálogo permanente com as escolas nos seus mais diversos eixos, salvaguardando sempre a autonomia pedagógica e curricular do agrupamento de escolas. -----

Ainda no uso da palavra, reforçou que, em 2024, o Município de Montemor-o-Novo continuará com o processo da Plataforma Educativa - Escola Virtual - Porto Editora que possibilita o acesso gratuito a todos os alunos do Concelho, desde o pré-escolar até ao 12º ano de escolaridade, para os próximos dois anos letivos. Ainda na educação, salientou o lançamento dos concursos para a requalificação da Escola Básica nº1 do Caborro, a Escola Básica nº1 e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre, assim como o retomar das obras, urgentes, da Escola Básica nº1 de Montemor-Novo. -----

No que respeita à área da ação social e saúde, o executivo manteve o compromisso com a transferência de competências para o município, que, na sua opinião, estabelecem uma política de proximidade e trabalho conjunto, com base na articulação entre as diferentes entidades, instituições e municípios. Frisou que, a área social, num Concelho tão disperso, tem um papel fundamental. As instituições de solidariedade social são uma das grandes forças vivas da comunidade montemorense, pelo que é necessário acompanhar a sua atividade e, dentro das possibilidades da autarquia, apoiá-las logística e financeiramente. -----

Em 2024, o Protocolo estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-Novo, para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, será reforçado a nível de recursos financeiros e materiais. Com este reforço, pretende-se melhorar a resposta ao atendimento e ao acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Ainda no próximo ano, está programada a implementação, no âmbito social, do projeto piloto Radar Social, com candidatura já realizada em 2023. Este projeto contempla duas fases distintas de intervenção. Na primeira fase, o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e o plano de ação e, na segunda fase, a georreferenciação social dos territórios e a execução do plano de ação. O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, relativamente à CPCJ, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, irão ser realizados os próximos procedimentos junto da Comissão Nacional e a Unidade de Saúde e a Ação Social está a ser reorganizada por forma a criar as condições essenciais para o ato de instalação no nosso Concelho. Na sequência da transferência de competências na área da saúde, surge o Conselho Municipal de Saúde, órgão consultivo que permitirá promover a articulação e cooperação entre as várias entidades, quer sejam locais, regionais e nacionais, que operam no âmbito da saúde, por forma a facilitar uma abordagem integrada no planeamento e na construção da estratégia municipal de saúde, propondo a adoção de medidas adequadas à promoção da eficiência do sistema de saúde. No próximo ano, irão avançar as construções e requalificações de unidades de saúde nas freguesias rurais, concretamente a construção dos novos postos médicos em Silveiras e São Cristóvão e a requalificação dos postos médicos de Cabrela, Caborro, Cortiçadas de Lavro, Lavre e Santiago do Escoural. No total, serão investidos em equipamentos de saúde pelo menos 278 mil euros, cujas candidaturas ao PRR já foram entregues, aguardando-se a sua aprovação. No âmbito do turismo, atividade que o executivo considera estratégica para o desenvolvimento económico do Concelho, irá merecer uma atenção privilegiada no ano de 2024. Continuando no uso da palavra, o Senhor Presidente fez menção ao lançamento de um site dedicado à promoção e divulgação turística, acreditando ser uma ferramenta impulsionadora do setor, ao regresso da Feira Medieval ao Castelo de Montemor-Novo, à dinamização da Estrada Nacional nº 2, à

Camilo

Grande Rota do Montado, ao desenvolvimento de percursos pedestres e cicláveis e ao recém-inaugurado Centro Interpretativo das Grutas do Escoural, dizendo que ganharão destaque no próximo ano económico. O Município continuará a desenvolver eventos de promoção dos produtos e da cultura e a valorizar o nosso património histórico imaterial e natural. No que diz respeito ao património histórico, realçou o início da obra de requalificação e conservação do Convento da Saudação, com financiamento do PRR de 5,9 milhões de euros, que permitirá garantir visitas públicas, instalação de serviços municipais, de comércio e também da estrutura artística transdisciplinar “O Espaço do Tempo”. Relativamente ao desenvolvimento urbanístico, sustentabilidade e qualidade de vida, o executivo continuará a trabalhar para um Concelho com maior qualidade de vida. Neste sentido, irão avançar os projetos no espaço público, nomeadamente a requalificação do Jardins dos Cavalinhos e de outros parques infantis nas freguesias; intervenções de melhoria nas piscinas municipais e repavimentação e conservação de vias e ruas que serão reforçadas com a aquisição de uma máquina pavimentadora, a Patcher, com financiamento já aprovado em reunião de Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e que permitirá uma rápida e permanente intervenção na reparação dos pavimentos danificados. A manutenção e conservação de caminhos rurais e estradas municipais, bem como a pavimentação de arruamentos em Silveiras, serão trabalhos a realizar no sentido de melhorar a qualidade de vida dos montemorenses. Continuará também a ser desenvolvido o processo, agora interrompido pela queda do Governo, para encontrar a melhor solução e economicamente viável que retire o trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias do centro da cidade de Montemor-Novo, para que a avenida, seja um espaço de relevante interesse para o Concelho. Será ainda desenvolvido em 2024, o tão necessário plano de mobilidade urbana e nesse âmbito surgirão o MoreTaxi, MoreBus e MoreBike.

Com o MoreTaxi os montemorenses terão um sistema de transportes público flexível, com ligação à plataforma de transporte a pedido do Alentejo em interação entre o município, os taxistas, IPSS e Juntas de Freguesias. O transporte público urbano, realizado através do MiniAutocarro, MoreBus, cujo nome está a ser registado, permitirá reduzir significativamente os movimentos pendulares de veículos próprios privados, bem como a pressão sobre os escassos lugares de estacionamento automóvel disponíveis na cidade. Destacou ainda, na área da mobilidade sustentável e no sentido de ir ao encontro das restantes cidades nacionais, que estão comprometidas com objetivos de neutralidade carbónica, a inaugurar na próxima primavera, a implementação de um sistema de bike sharing elétrico, o sistema Morebike, possibilitando o uso da bicicleta a um maior número de pessoas nas viagens pendulares do seu dia a dia. Na área ambiental e da adaptação às alterações climáticas é fundamental continuar com os trabalhos de despoluição, limpeza e desassoreamento do Rio Almansor. A limpeza seletiva de açudes e vegetação nas margens do rio é fundamental para dar vida ao principal recurso hídrico da cidade.

Em 2024 serão ainda realizados o estudo prévio e o projeto de execução do percurso ao longo das margens do Rio Almançor. O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas continuará a ser trabalhado no próximo ano. Continuará também a ser desenvolvida a estratégia ambiental, interligada com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, documento estratégico para o município, nomeadamente

Camilo

com o Plano de Promoção de Eficiência Energética e de Uso de Água. Na área do abastecimento da água para consumo humano, saneamento, águas residuais e resíduos, o Município continuará a acompanhar a parceria pública com as Águas Públicas do Alentejo, especialmente no encontro de soluções para a construção das duas estações de tratamento de águas residuais em Ciborro e em Santiago de Escoural. Haverá ainda uma aposta na modernização e eficiência dos equipamentos com o objetivo de poupança e diminuição das perdas de água. Assim sendo, serão atualizados os quadros elétricos de captação de água e será implementada uma nova rede de comunicação. A substituição de contadores de água antigos por equipamentos inteligentes, mais modernos e fiáveis, começará gradualmente em 2024, permitindo uma comunicação automática de dados e de consumos, a monitorização e a transparência para o consumidor. -----

A nível da recolha de resíduos, será dada continuidade à parceria com a GESAMB, sendo iniciada, neste final de ano de 2023, a recolha seletiva porta-a-porta de orgânicos no setor HORECA, dos hotéis, restaurantes e cafeterias, através de um projeto piloto que se pretende alargar a toda a restauração e habitações, ao longo do ano de 2024. Esta recolha prende-se como uma meta estabelecida pela Agência Portuguesa do Ambiente para a separação, recolha seletiva e encaminhamento para reciclagem de bio resíduos. Também no que diz respeito a viaturas, o executivo pretende reforçar a frota com um veículo de recolha de resíduos indiferenciados, com financiamento, já aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, com o objetivo de reforçar a frota com uma viatura de recolha de resíduos verdes e com um biotriturador, para o aumento da capacidade de tratamento e valorização dos resíduos verdes. -----

No âmbito do desporto, pilar que este executivo considera ser também fundamental com impacto direto na saúde física e mental dos cidadãos, em especial dos jovens, pretende-se continuar a promover eventos municipais e a apoiar eventos promovidos pelo movimento associativo, com o objetivo de garantir desporto para todos. Referiu que se irá dar continuidade à marcação de percursos pedestres e cicláveis, assumindo o compromisso de melhorar as infraestruturas municipais. -----

Ainda no uso da palavra evidenciou que, no próximo ano, estará concluída a empreitada de substituição do relvado sintético do Parque Desportivo Municipal e que serão mantidas as conservações e melhorias em várias instalações desportivas do Concelho. Para além disso, será criado o Conselho Municipal do Desporto, ferramenta essencial para potenciar o diálogo, alavancar projetos, criar sinergias e melhorar a competência técnica das associações e clubes. -----

Na área da juventude, considera que os jovens continuam a representar um forte capital de esperança para o concelho, devendo o município continuar a desenvolver ações criativas e geradoras de processos de mudanças e de modernização sociais. Neste sentido, desde 2023 e através do Gabinete do Empreendimento Juvenil, pretende-se trazer à comunidade jovem uma resposta contínua que lhes permita desenvolver competências essenciais numa sociedade que continua em constante mudança. Em 2024, o Gabinete de Empreendedorismo Juvenil lançará o EGG, Enhancing Global Goals, por forma a dar resposta às exigências e necessidades atuais da sociedade. Prevê-se ainda a criação do Portal do Empreendedorismo Jovem, lançar a primeira edição do concurso de empreendedorismo juvenil e desenvolver, através de

Amadeu

parceria, um programa educacional para combater o insucesso escolar. Através do Conselho Municipal de Juventude, os jovens poderão participar nas decisões municipais e da própria autarquia. Também na mesma linha, em 2024, será apresentado o primeiro Orçamento Municipal Jovem. Destacou que estruturas municipais, tais como o Centro Juvenil, continuarão a ser um espaço aberto para a geração jovem do Concelho. Na área da Proteção Civil e Segurança, estão implícitas na ação do município as medidas de prevenção, avaliação de riscos, planeamento e também apoio direto às operações, assim como prestação de apoio às vítimas e meios de socorro. Por isso, para concretizar estes objetivos de forma eficiente, em 2024, o executivo pretende adquirir uma tenda operacional de apoio à emergência e socorro. Continuarão a ser desenvolvidas ações de sensibilização junto da Comunidade, como por exemplo a apresentação de medidas preventivas de proteção em caso de risco e catástrofes. Serão executadas faixas de gestão de combustível em estradas e caminhos municipais e será elaborado o Programa Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, para além disso serão reforçadas as medidas de autoproteção nos edifícios municipais. Acrescentou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, considerando a importância que desenvolve em prol da população, nomeadamente na proteção de pessoas e bens, no socorro de feridos e doentes e na extinção de incêndios, continuará a receber um forte apoio para aquisição de duas viaturas de emergência e também o protocolo de apoio à aquisição de terreno para instalação de infraestruturas de apoio à Associação. Relativamente ao Orçamento de 2024, disse que se trata de um orçamento fortemente influenciado por fatores exógenos. A subida da taxa de inflação e o conseqüente aumento dos preços influenciou fortemente a elaboração deste orçamento, tornando difícil antever a sua execução e obrigando a um exercício ainda mais rigoroso da sua definição. Também a subida dos valores de vencimento na função pública, já em 2023, de 1% e também do subsídio de alimentação e em 2024 já colocou novas tabelas. Este aumento que é de bom agrado para o Executivo e para os trabalhadores tem naturalmente influência no aumento dos gastos de pessoal, no Orçamento de 2024. O presente Orçamento reflete a transferência de competências na área de educação, saúde e ação social, totalizando esta transferência de verbas para estas áreas 2.384.471 euros, sendo a área de educação a que apresenta maior relevância no referido processo da transferência de competências, estando previsto, para 2024, um aumento das transferências correntes. Esta proposta de orçamento municipal para 2024 contempla uma dotação global de 29.950.000 euros, sendo o maior orçamento municipal para Montemor-o-Novo e elaborado sempre a partir da receita. Frisou ainda que as receitas não estão empoladas porque é responsabilidade do Executivo executá-las pelo menos em 85%. Por essa razão, disse que, nunca foi, nem será agora, que as receitas serão empoladas num orçamento municipal. Continuando a sua intervenção apresentou um resumo das medidas mais importantes em termos de investimentos para 2024, que integram as grandes opções do plano e que constam das rubricas do orçamento. ----- Saliou que com a aprovação deste orçamento para 2024, será possível tomar as seguintes decisões: para além da referida descida no IRS, com uma poupança de 307 mil euros para os montemorenses e da descida da derrama, uma poupança de 160 mil euros para empresas com sede no nosso Concelho, permitirá ainda a realização dos seguintes investimentos: a empreitada da Escola Básica 1 do Ciborro, a intervenção na

Amme

Escola Básica 1 de Cortiçadas de Lavre, assim como no Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre, a conclusão da empreitada da Escola Básica 1 de Montemor-o-Novo, o investimento no Parque de Exposições, Mercados e Feiras, no valor de mais de 300 mil euros em quadros elétricos, a instalação de uma nova incubadora da empresa no Jardim de Infância nº 2, com apoio do PT 2030, o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação com investimento possível de 14 milhões de euros nos próximos 3 anos. Também a remodelação do Cineteatro Curvo Semedo, no valor de 3,5 milhões de euros, a construção de novos postos médicos em Silveiras e São Cristóvão e a requalificação dos postos médicos de Ciborro, Cortiçadas de Lavre, Lavre e Santiago dos Escoural, com financiamento de 278 mil euros no PRR. Ainda a obra de requalificação e conservação do Convento da Saudação, com financiamento PRR de 5,9 milhões de euros, a requalificação do Jardim dos Cavalinhos, a pavimentação da Rua de Dr. Pascoal Coelho, nas Silveiras, num investimento de cerca de 400 mil euros. Também a implementação de partilhas de bicicletas elétricas e de circulação do minibus como transporte público urbano, a substituição de contadores de água por equipamentos inteligentes mais modernos e fiáveis, a aquisição de um autocarro, de um minibus, de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos e de uma máquina pavimentadora Patcher, perfazendo um investimento de quase 1 milhão de euros. -----

Seguidamente pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira, Helder Linguíça, solicitando informações sobre a intervenção no reservatório da freguesia, uma vez que não existe qualquer referência à mesma no Plano de Investimentos para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

Em resposta à questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o reservatório foi recentemente visitado por este executivo, mas ainda não existe projeto para a referida intervenção. Assim sendo, no ano de 2024, será elaborado o projeto, de alguma dimensão, estimando-se em cerca de meio milhão de euros. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Nélia Campino, questionou o executivo sobre o ponto de situação da empreitada da Escola Básica de Ciborro, lembrando que se trata de intervenção muito urgente pelo que o concurso deverá ser lançado o quanto antes, por forma a que obra possa vir a iniciar-se durante o ano de 2024. Mostrou-se um pouco dececionada pelo valor alocado à referida intervenção ser apenas de 50 mil euros, na proposta de orçamento. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que os valores atribuídos a obra da Escola Básica nº1 do Ciborro será de 50 mil euros em 2024 e o restante em 2025 e anos seguintes. Disse ainda que esta proposta de orçamento que se apresenta é de 29 milhões 950 mil euros, no entanto há aqui verbas com que não podemos contar neste orçamento, para o tornar realista e para ter precaução, por causa da questão dos 85% de realização. -----

Para além disso, não podem ser incluídas algumas verbas, nomeadamente do empréstimo bancário que foi aprovado na última sessão da Assembleia Municipal. Esclareceu ainda que, quando foi distribuído o total de 29 milhões e 950 mil euros da receita teve-se em conta os procedimentos que já estão lançados, mas também o valor de meio milhão de euros respeitante ao financiamento bancário, incluído neste orçamento com capitais próprios. Acrescentou que logo que o referido empréstimo seja considerado nas contas da autarquia e por revisão orçamental ou por alteração orçamental, se assim for possível, a verba ficará disponível para um conjunto de obras,

Página 12 de 35

Carminel

nomeadamente a intervenção na Rua Dr. Pascoal Coelhas, em Silveiras, no valor estimado de 247 mil euros. -----

Relativamente à empreitada da Escola Básica de Ciborro, o Senhor Presidente afirmou que poderá ser reforçada com este empréstimo e ter um novo reforço em maio, já que o compromisso do executivo é que seja lançado no primeiro semestre de 2024, com o saldo da conta de gerência, sendo que a sua estimativa é de 4 milhões de euros. Assim sendo, ao orçamento municipal de 29 milhões e 950 mil euros, acresce o valor de 976 mil euros de empréstimo para viaturas e ainda mais 4 milhões de saldo da conta de gerência. -----

Referiu ainda os exemplos do Cineteatro Curvo Semedo que apresenta apenas 1000 euros, porque o financiamento do PT-2030 ainda não está aprovado, nem foi aberto o aviso, mas quando acontecer o executivo irá receber cerca de 1 milhão 955 mil euros. - Tal como a Extensão de Saúde de Silveiras, que apenas tem 3 mil euros em orçamento, mas o custo estimado é de 170.000, porque o PRR ainda está em fase de aprovação. O mesmo acontece com a intervenção da Extensão de Saúde de São Cristóvão, que tem 3 mil euros em orçamento, com um custo estimado de 67 mil, mas que aguarda aprovação do PRR, por isso só posteriormente é que essa receita será incluída no orçamento da Câmara. Finalizou afirmando que são as regras da administração pública. -----

Solicitou de novo a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Nélia Campino questionando se o lançamento do concurso para a obra só vai ser efetuado após uma alteração orçamental ou após a introdução do saldo da gerência e conseqüentemente, apenas em abril ou junho é que vai lançar a obra. Na sua opinião se ficar parado novamente até abril ou junho do ano que vem, os preços vão subir e depois o valor que estava no preço base já não vai chegar outra vez e terão de ser feitas revisões aos valores dos projetos. O projeto feito em novembro, se ficar à espera até abril ou junho, vai ter de ser sujeito a uma nova revisão dos valores. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal informando que o concurso público já foi lançado por duas vezes e por duas vezes ficou deserto. Por razão, acrescentou, não pode acusar o executivo de falta de vontade de lançar o concurso. Tudo será feito para que seja lançado o quanto antes, porque está concluído, teve uma revisão orçamental recente e acredita que os preços estejam adequados agora no mercado e se consiga lançar a obra no primeiro semestre de 2024. -----

De seguida, pediu a palavra o eleito Senhor Márcio Veríssimo referindo que, durante a campanha, uma das principais bandeiras do Partido Socialista foi a requalificação e ampliação da Zona Industrial da Adua, incluindo uma estratégia de marketing para a sua promoção. No entanto, o Plano de Atividades faz referência à requalificação de arruamentos e infraestruturas. Questionou se a questão da ampliação e da estratégia de marketing e até da segurança foram postas de parte. Da sua análise à documentação verificou que a verba prevista, até ao final do mandato, é de sensivelmente 200 mil euros para a Zona Industrial da Adua, pelo que gostaria de saber se está previsto algum reforço. Ainda no uso da palavra questionou o executivo se têm sido instaladas novas empresas ou se está prevista a instalação de novas empresas e qual será a estimativa de postos de trabalho. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a expansão da ZIA está em fase de avaliação no sentido de se perceber qual a melhor área para ser expandida,

Handwritten signature

perspetivando-se que será pelos Casais da Adua, mas que ainda não foi tomada uma decisão definitiva. Está a ser concluído um estudo de requalificação dos arruamentos, da sinalização, de tudo um pouco, porque considera que ao circularmos dentro da zona industrial da ADUA, nos parece quase um lugar meio abandonado. Este estudo está a ser feito internamente pelos serviços da Divisão de Planeamento e Projetos municipais, o qual tem um orçamento superior a 300 mil euros, sendo também complementado com o saldo da conta de gerência. Frisou ainda que, na última reunião de câmara municipal, foi apresentado um documento respeitante ao abandono de um lote que era da empresa que iria tratar o canábis medicinal, mas que, entretanto, desistiu do seu projeto. Por outro lado, foi também votada a unificação de dois lotes, de uma empresa de capitais irlandeses, que vai fazer baterias e pilhas, prevendo-se um investimento de 23 milhões de euros e cerca de 30 trabalhadores e que já tem outro lote. É proprietária ainda de um terceiro lote, destinado a painéis fotovoltaicos. Considera que o problema de Montemor-Novo, nesta altura, não é a falta de empresas para dar emprego aos montemorenses, é a falta de montemorenses para dar emprego às empresas. Realçou o projeto de desenvolvimento do Hotel de Saúde em Silveiras, que numa primeira fase vai ter 100 postos de trabalho diretos. Referiu ainda que o Hotel Montemor, antigo Monte Alentejano, também foi adquirido por uma empresa de capitais indianos que tem um conjunto de hotéis ao longo do país e pretende criar um hotel que seja uma referência do Alentejo. Acrescentou que não consegue aferir quantas empresas querem instalar-se na ZIA, mas a apetência de Montemor-o-Novo existe. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Hortênsia Menino afirmando que neste ponto da ordem de trabalhos é apresentado o terceiro orçamento da coligação PS/PSD/CDS-PP, sendo um documento de enquadramento da estratégia para 2024 e os documentos do orçamento, plano de atividades e plano plurianual de investimentos para o período entre 2024 e 2028. Acrescentou que apesar de tentar encontrar nestes documentos alguns aspetos construtivos, teve dificuldade em ver mais do que um puzzle com peças mal encaixadas, arrumadas à pressa, sem qualquer estratégia de desenvolvimento e progresso do Concelho, que consiga ir além do que estava a ser construído e trabalhado pela anterior gestão CDU. Tem conhecimento de que está em fase de elaboração um documento de estratégia para o Concelho, no entanto, apesar deste ser o penúltimo orçamento deste mandato, não refere qualquer uma palavra sobre o assunto. Considera que uma vez que estas forças políticas se apresentaram aos montemorenses para fazer melhor e diferente, as propostas que aqui apresentam são insuficientes para garantir o melhor para Montemor e para os montemorenses. Para além do mais, as prioridades identificadas no documento de enquadramento são dispersas, resumem-se no essencial a acabar o que não foi feito nos anos anteriores ou cumprir projetos e ações com financiamento externo já garantido. Existem contradições e intervenções novamente adiadas. -----

No que se refere à democracia participativa é mencionado que a proximidade com os municípios é um dos fatores mais importantes da gestão autárquica, havendo lugar à auscultação da população em momentos agendados. Pediu esclarecimentos sobre que momentos são esses e em que dias vão acontecer. Quanto à Habitação e Planeamento Urbano, considera positivo o reforço das intervenções na habitação. Questionou se irá ser concretizado no ano de 2024, o lançamento do Portal Municipal da Habitação, que

Camille

reunirá todas as informações sobre o tema, uma vez que já estava previsto nas Grandes Opções do Plano para 2022. -----

Na área da cultura, educação e ação social, referiu-se à criação do Conselho Municipal da Cultura e Arte, já estava previsto nas grandes opções do Plano 2022, questionando se irá mesmo concretizar-se em 2024. Continuando no uso da palavra, referiu que segundo as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, o valor previsto no Plano Plurianual de Investimentos para as empreitadas de requalificação da EB1 de Ciborro e da EB1 IJ e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre está repartido entre os anos de 2024 a 2028, ou seja, as obras de cerca de 300 mil euros estão previstas ser pagas em 5 anos. Considera, no entanto, que dificilmente alguma empresa de construção civil aceite estas condições. O documento refere também que vai ser lançado um site dedicado à promoção e divulgação turística do nosso concelho, que se acredita ser uma ferramenta impulsionadora do setor, pelo que os eleitos da CDU gostariam de saber em concreto o que é este site. -----

A eleita questionou também o executivo sobre o regresso da feira medieval ao castelo de Montemor-Novo e sobre o que é que vai diferenciar esta feira de outras feiras medievais que se realizam por esse país fora. Qual o valor do orçamento previsto para a mesma e se há condições para ser realizada em simultâneo com as obras do Convento da Saudação e a interrupção da circulação rodoviária na envolvente ao castelo. Ainda no uso da palavra solicitou informação sobre quais são os parques infantis das freguesias que vão ser intervencionados. O documento faz referência a pavimentação de arruamentos em Silveiras, pelo perguntou qual o ponto de situação da empreitada para esse efeito. Em nome da bancada da CDU, solicitou informação sobre o ponto da situação da execução das Etar's de Ciborro e Santiago do Escoural, que serão executadas pela AGDA, no âmbito da parceria pública para a gestão da água e abastecimento. Disse ainda que reconhecem que tem sido feito um esforço na disponibilização de locais e soluções para o tratamento de vários tipos de resíduos, mas continuam a não chegar a todo o concelho, por exemplo, nas Silveiras ainda não existe nenhum oleão. Da análise da documentação, a eleita disse ter verificado que o executivo pretende criar o Conselho Municipal de Desporto, no entanto, não se dinamizam aqueles que já existem. O executivo municipal apresenta o maior orçamento municipal de sempre. Tem conhecimento de que, por parte do Estado, o município irá receber cerca de 17 milhões 500 mil euros. Nas receitas próprias verificam-se cerca de 600 mil euros de aumento na venda de bens e serviços correntes, como são a água, resíduos, saneamento, piscinas e a venda de livros. -----

Atendendo à decisão de aumento de tarifários que a Câmara Municipal aprovou na reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2023, considera que este aumento de receita municipal se vai fazer sentir na carteira dos montemorenses. Assim, a Câmara vai aumentar em 2024, pela terceira vez consecutiva, o preço da água, do saneamento e dos resíduos. Este será aumento para todos os montemorenses, os que têm casa própria, os que vivem em casa arrendada, os que são empresários, os que trabalham por conta de outrem, os reformados e os desempregados. Na sua opinião, é relevante o apuramento dos custos com a transferência de competências, para se poder avaliar se as verbas transferidas do Estado Central são suficientes, porque tem conhecimento que algumas câmaras municipais estão a divulgar esta informação. Reportou-se ao acréscimo de cerca de 1 milhão e 300 mil euros dos custos com o pessoal,

Página 15 de 35

considerando que, em parte, estará explicado pelos aumentos ainda que insuficientes dos salários e outros valores complementares. Assim, questionou se a Câmara irá aplicar a restante verba na opção gestonária ou em novas contratações. Disse ainda que os eleitos pela CDU gostariam de saber se vão ser aumentados os apoios para o movimento associativo, porque há um conjunto de valores que o movimento associativo tem a receber. -----

O documento prevê, para 2024, uma verba de 777 mil euros para infraestruturas e pavimentações, mais 530 mil euros sem financiamento definido, pelo que solicitou esclarecimentos se a Câmara Municipal vai fazer um empréstimo para executar estas pavimentações. -----

Afirmou ainda que o Sr. Presidente da Câmara Municipal terá dito que no primeiro ano de mandato iria resolver a questão do trânsito pesado de mercadorias na avenida Gago Coutinho. Relembrou que a criação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens já estava prevista nas grandes opções do Plano 2022. Questionou se o Convento da Saudação, já com financiamento assegurado, vai mesmo iniciar-se em 2024. -----

Referiu-se ainda à área de serviço para autocaravanismo de Montemor-o-Novo, que já tinha financiamento assegurado e que foi desperdiçado pelo atual executivo, apenas será para executar em 2025. Continuando a sua intervenção referiu que o documento não faz qualquer referência sobre a melhoria das instalações para os serviços municipais, sobretudo para os serviços operacionais. Para além disso, não há uma linha sobre a manutenção de edifícios e equipamentos municipais, o centro juvenil, o arquivo, entre outros, como as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e a reposição de freguesias. Terminou afirmando que estas opções são o resultado da inoperância da coligação PS/PSD/CDS-PP. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que espera que este terceiro orçamento venha a ser aprovado, assim como também o quarto orçamento. Não concordando com as afirmações da eleita, afirmou que nada foi feito de destrutivo. Pelo contrário, o atual executivo não abandonou muitos dos projetos/iniciativas desenvolvidas pelo executivo CDU e trabalham com todos os funcionários. Por certo, tudo isso é difícil de aceitar aos eleitos da CDU. Relativamente ao Plano Estratégico elaborado pela ADRAL, encontra-se na fase final e está a ser avaliado pelos nossos serviços, sendo posteriormente apresentado em reunião de Câmara Municipal e depois à Assembleia Municipal. -----

Continuando no uso da palavra e dirigindo-se à eleita Senhora Hortênsia Menino, o Senhor Presidente disse que tem em sua posse uma carta em que a referida eleita, nas funções de Presidente da Câmara Municipal, desistia da candidatura à reabilitação do Convento da Saudação, por não ter tempo para a sua execução. Por essa razão o financiamento não estava de modo algum garantido. No que respeita ao atendimento de munícipes referiu que todos os dias e independente do local onde se encontra, existe democracia participativa, quer com os munícipes, quer com os representantes das diferentes freguesias no sentido de averiguar sobre os problemas ou necessidades que existam. -----

Relativamente aqui à questão da habitação e da juventude, dará a palavra ao Senhor Vereador António Xavier. -----

Quanto à dinamização dos vários conselhos municipais, pretende-se que comecem a reunir todas as segundas-feiras, ao final do dia. -----

Amme

Sobre os concursos das empreitadas, salientou que, tal como a eleita tem conhecimento, só poderá ser cabimentada em 50 mil euros no primeiro ano e os restantes 250 mil euros, terão de ser cabimentados nos anos seguintes, para eventuais transferências de verbas, depois alterações dentro desses anos também. -----

Quanto à Feira Medieval, considera que existem enormes saudades da Feira Medieval em Montemor-Novo, sendo diferente porque o castelo é especial, tem gestão municipal e é magnífico, um orgulho para todos os montemorenses. Sobre os Parques Infantis, referiu que essas intervenções já estão protocoladas com algumas freguesias, nomeadamente com a Freguesia de Santiago do Escoural. Sobre o ponto de situação dos arruamentos em Silveiras, informou que neste momento está em processo de análise do que tem que ser doado ou expropriado ou compensado aos donos de terreno, para que possa ser lançada a empreitada dos arruamentos na Rua Dr. Pascoal Coelho, nas Silveiras e sobre a qual se comprometeu, perante a população, que seria no primeiro semestre deste ano. Assim sendo, o ponto de situação é diferente do de há 45 anos para cá. -----

Relativamente às ETAR'S de Ciborro e de Santiago do Escoural, lembrou que o concurso sobre a Etar de Ciborro teve novamente de ser lançado e está em fase de conclusão a escolha do candidato que irá executar a obra. Sobre o ponto de situação de Santiago do Escoural, esclareceu que a parte técnica encontra-se concluída neste momento e irá ser lançado concurso no princípio do ano. Houve, entretanto, uma solicitação, por parte da AGDA, para que seja considerado como um projeto de interesse municipal para o concelho. -----

Relativamente ao oleão nas Silveiras, considera que é uma questão meramente técnica, porque foram colocados onde havia maior necessidade e em Silveiras julgou-se que pelos resíduos que são recolhidos, não haveria essa necessidade. Ainda no uso da palavra, disse que as receitas próprias, na elaboração de um orçamento, são consideradas com a média dos últimos 24 meses e na sequência do período de pandemia, essas receitas tiveram um acentuado decréscimo, sendo algumas dispensadas de serem cobradas aos munícipes. -----

Quanto aos valores das faturas da água, esclareceu que na cobrança da fatura de água vem referida a taxa de resíduos sólidos urbanos que as câmaras municipais têm de suportar, neste caso perante a GESAMB. Disse ainda que este valor da taxa de gestão de resíduos era, por tonelada, em 2020, no valor de 11 euros. Em 2021, ano em que entrou este novo executivo, passou a 22 euros, que se traduz num aumento de 100%, no ano de 2022 manteve-se, no ano de 2023 passou para 25 euros, em 2024 passará para 30 euros e em 2025 para 35 euros, por tonelada. Existe uma pressão muito grande para que os resíduos a serem recolhidos tenham uma inversão total e que os resíduos sólidos urbanos, passem de 90%, neste momento, para apenas 10%, em 2035. Será uma inversão total da nossa forma de estar perante os resíduos. Assim sendo, num consumo mensal de 5 metros cúbicos domésticos, em 2023, o munícipe pagou 12,30 euros, em 2024 pagará 13,17 euros, um aumento de 87 cêntimos. E num consumo mensal de 10m³ de água. Frisou que a água é um bem escasso que tem de ser bem respeitado. Todos têm de ter uma responsabilidade enorme perante este recurso. Acrescentou ainda que, em 2024, o município irá absorver grande parte dos custos com saneamento e com resíduos sólidos urbanos. -----

Afirmou de seguida que a contabilização com os custos da descentralização irá ser feito a seu devido tempo, pela Divisão de Administração Geral e Financeira, esperando que não se apurem grandes prejuízos e sanções. Este executivo considerou que existia, em termos de pessoal, um déficit muito grande em vários serviços da Câmara Municipal, lamentando haver tantas dificuldades em contratar mais assistentes operacionais, porque eles fazem muita falta. Tal como nas empresas particulares, também os municípios se debatem com essas dificuldades. Também as atualizações salariais de 2023 e de 2024, fizeram aumentar os custos com o pessoal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou ainda que o projeto da estrada de Cabrela-Landeira, tem sido uma preocupação nas últimas reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, mas que apenas está a ser elaborado agora. -----

Relativamente ao trânsito de pesados de mercadorias da Avenida Gago Coutinho, frisou que nunca terá afirmado que a situação seria resolvida no primeiro ano de mandato, reforçando que se fosse uma questão fácil o anterior executivo teria resolvido. As conversações estavam bem encaminhadas, mas devido a esta crise governativa, não podem ser desenvolvidas durante os próximos meses. Relativamente à escola EB1 de São João de Deus, o executivo decidiu parar a obra e avançar com uma auditoria. Posteriormente a Câmara Municipal tomou a posse administrativa da obra e teve de comunicar ao Ministério Público os problemas detetados na gestão da obra. ---

Sobre o Convento da Saudação, explicou que os concursos irão ser lançados, no próximo ano, com a brevidade possível. Quando este executivo chegou à Câmara Municipal não existia financiamento para o Convento da Saudação. Referiu que existia sim, uma carta assinada pela Senhora Presidente da Câmara a desistir do financiamento do Convento da Saudação por não ter tempo para executar. Mostrou-se orgulhoso porque felizmente há um financiamento, mas disse também que estaria muito orgulhoso se o Convento da Saudação já estivesse construído e em funcionamento, por ser uma âncora turística, cultural e económica para o nosso concelho. -----

Sobre a temática do Caravanismo, disse que aguarda que outras freguesias, na Estrada Nacional 2, possam agarrar esta oportunidade e, quem sabe, antes de 2025 aconteça algum projeto interessante. -----

Relativamente às instalações municipais afirmou que as oficinas existentes no Estaleiro Municipal estão iguais desde os anos 80 e cuja situação é motivo de vergonha para qualquer autarca. Os projetos sobre a transferência das oficinas municipais para o estaleiro municipal da Zona Industrial da Adua, estão a ser agora desenvolvidos e são uma prioridade. -----

No que respeita às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara salientou que irão ser comemorados com muita democracia, com muito orgulho. Haverá comemorações democráticas, com o povo respeitando esta data que é marcante na vida de todos. Lembrou que em 2025, decorrerão novamente eleições autárquicas e o povo, decidirá o futuro. -----

De seguida deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier para prestar outros esclarecimentos adicionais. -----

No uso da palavra o Senhor Vereador informou que o Portal da habitação vai ser lançado no primeiro trimestre do próximo ano, porque foi decidida a inclusão da Habitação Social, assim sendo, as candidaturas ao Mor Solidário poderão ser feitas

Calme

também neste âmbito e o todos os munícipes terão de ter uma zona específica de área pessoal. Reforçou que o executivo, ao contrário do que afirmou a eleita Senhora Hortênsia Menino, já fez a diferença, por exemplo no que diz respeito à Estratégia Local de Habitação, uma vez que o valor atribuído triplicou e para além disso apostou na aquisição de casas nas freguesias. Ainda no âmbito da Estratégia Local de Habitação foi decidido não avançar com a habitação social na Adua, porque tratando-se de apoio social as pessoas não têm condições para ir viver na Adua e, sobretudo, não faz sentido que as pessoas vivam ao lado das empresas e da indústria com menos condições, sobretudo do ar que respiram. -----

Foi também quadruplicado o apoio aos beneficiários diretos, o que significa que vão ser apoiadas cerca de 50 pessoas para reabilitarem as suas casas, quando a anterior Estratégia de Habitação previa 10 pessoas. -----

Na sua opinião, é necessário que Câmara Municipal use as ferramentas que tem no que diz respeito à preservação e à conservação do edificado, sobretudo nas zonas de ARU. Relembrou que decorreram algumas vistorias no mandato passado, no entanto depois não tiveram desenvolvimentos algumas. Dirigindo-se à eleita Hortênsia Menino, referiu que o anterior executivo poderia ter avançado com obras coercivas ou com vendas forçadas, mas decidiu não o fazer. Ainda no uso da palavra e relativamente à proposta de IMI apresentado também discordou da eleita Hortênsia Menino afirmando que foi adicionado o IMI familiar, significando que os pais que têm menores a seu cargo têm uma poupança de 40 ou 75 euros no IMI. -----

No que diz respeito às majorações e às minorações e uma vez que o Governo não regulamenta esta pasta, o executivo irá apresentar ao Governo e à autoridade tributária um parecer. Na sua opinião, se existe a hipótese de um município apresentar uma solução para identificar o que é um prédio em ruína, o que é um prédio deteriorado, o que é um prédio devoluto, este executivo irá fazê-lo a partir de janeiro.

O site do turismo, será um website que funcionará como um diretório da oferta turística no nosso Concelho, ou seja, onde comer, onde ficar, o que fazer, o que visitar. Para além disso, terá uma série de funcionalidades adicionais que permitem aos utilizadores criarem as listas de favoritos, terem apoio com uma ferramenta digital no planeamento da sua visita, entre outras. Pretende-se também que haja uma integração com outras plataformas, nomeadamente o Google Maps e eventualmente outras, como a Tripadvisor ou Booking, por forma a potenciarem os agentes locais, porque são naturalmente o pulmão do turismo. -----

Sobre a Feira Medieval, o Senhor Vereador António Xavier, informou que o orçamento estimado é de 100 mil euros e é diferente, porque os serviços municipais têm condições para organizar um evento espetacular, e que o executivo CDU abandonou. Por outro lado, é diferente porque tem um âmbito pedagógico, vão decorrer ciclos de conferências, aulas no castelo, artesões locais. Destacou ainda a cooperação com as associações locais e com o movimento associativo, introduzindo assim um carisma especial à esta Feira Medieval. -----

Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, justificou que ainda não tinha sido convocado uma vez que esteve em processo de apreciação o regulamento, o qual nunca foi publicado, mas será em breve. -----

Destacou ainda a análise desenvolvida aos mais diversos regulamentos, nomeadamente o Regulamento do Conselho Municipal do Desporto, o Regulamento

Carreira

do Orçamento Participativo Jovem, o Regulamento de Tarifários, o Regulamento de Águas e Saneamento, o Regulamento de Cemitérios, o Regulamento de Resíduos, o Regulamento de Toponímia, o Regulamento de Gestão de Arvoredo, assim como a análise ao RJOE, frisando que a Câmara, neste âmbito estava extremamente desarrumada. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que no âmbito do autocaravanismo, já existe alguma atividade privada no Ciborro, em Casa Branca e em S. Cristóvão. Na sua opinião, considera que se houver oferta no privado será sempre melhor que no público, porque o privado faz uma melhor gestão de negócios do que o público. Salientou ainda que o projeto lançado pelo Turismo de Portugal para o autocaravanismo, este executivo não concordava com a sua localização relativamente ao projeto lançado pelo Turismo de Portugal, no entanto também por diversas razões também abandonou esse projeto. Salientou que está em análise uma zona de estacionamento para autocaravanas, que apesar de não ser um parque de autocaravanismo, dentro da cidade, possa resolver o problema das autocaravanas estacionadas pela cidade de forma desorganizada, o que não é positivo para a cidade.- Posteriormente o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Senhora Vereadora Sílvia Santos, a qual destacou o reforço feito em termos de intervenção social. Reforçando a intervenção do Senhor Vereador António Xavier e relativamente à estratégia local de habitação, disse que o atual executivo fez diferente e fez mais, porque esta é uma questão muito preocupante. Com o aumento em termo do número de habitações pretende-se dar uma melhor resposta às necessidades de pessoas que todos os dias questionam a Câmara Municipal, porque não têm uma habitação com condições condignas para viver nas mesmas. -----

Continuando no uso da palavra, a senhora Vereadora Sílvia Santos referiu que este é um processo recente, o processo de transferência de competências, quer na área social quer na área da saúde, referindo que não é fácil delinear um trabalho nesta área, porque apenas foram transferidos os valores em dezembro de 2022 e no caso da ação social em janeiro de 2023. Na sua opinião, todas as candidaturas e todo o trabalho feito tem sido essencial para o reforço de intervenção social. -----

Informou que a candidatura ao Radar Social, é um projeto que pode ir até ao valor de 169 mil euros e que vai permitir que dois técnicos superiores fiquem afetos a este projeto. Numa primeira fase, nos primeiros três meses, será feita a atualização dos instrumentos da rede social, diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e plano de ação e depois a segunda fase, durante 24 meses, permitirá a implementação de georreferenciação das necessidades, de respostas e de recursos e também a implementação do Plano de Ação. Falou ainda sobre o Projeto CLDS 4G e sobre a prorrogação do prazo do prazo, referindo que estará para breve também a saída do CLDS 5G, ao qual o município se irá candidatar. Para além disso existe também um serviço de acompanhamento, de atendimento e acompanhamento social que tem feito um trabalho de grande proximidade junto da população, sobretudo da população mais carenciada. -----

Disse que gostaria que outras questões fossem mais céleres, mas não é possível, como é a questão da CPCJ, estando já a decorrer, neste momento, um concurso para uma assistente social, já a pensar nesse aspeto. Julga que durante o próximo ano será possível fazer a criação da CPCJ. Realçou a importância da saúde e as várias áreas em

Amme

que a mesma está a ser trabalhada, quer no desporto, quer nas escolas, quer em termos de nutrição. Informou que o município já tem, neste momento, uma nutricionista, que está a fazer um excelente trabalho, tal como dentro da área da saúde. -----

A Senhora Vereadora Silvia Santos referiu-se ainda às candidaturas, já faladas em anteriores sessões, ao novo edificado e à reabilitação das extensões de saúde, totalizando o valor de 278 mil euros. Ainda no uso da palavra, partilhou a informação da publicação da Portaria 454A, em que a USF Foral de Montemor também foi contemplada como modelo B, o que será uma mais-valia, uma vez que também temos a situação da carência de médicos. Informou já haver conhecimento de que S. Cristóvão irá ficar sem médico de família e que a Câmara já enviou email para a senhora diretora executiva do Aces, no sentido de reforçar quer a problemática de ficarmos neste momento sem médica de família, da ansiedade dos próprios utentes, das dificuldades em prestar estes cuidados de saúde. Considera que as transferências de competências nestas diferentes áreas também têm permitido um trabalho de maior proximidade, mais articulado com as diferentes entidades. -----

Relativamente aos parques infantis nas freguesias, já foi feita a reabilitação, através de Protocolo com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras do Parque Infantil da Escola de Vendas, em Silveiras. Acrescentou que foi ainda assinado um Protocolo com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural e todos os que têm sido solicitados, neste âmbito, têm sido realizados, porque este executivo tem toda a vontade de reabilitar aqueles que não estão em condições. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu novamente a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual esclareceu que a Feira Medieval pode decorrer com as obras, no entanto julga-se que o início das obras será posterior à mesma. Disse ainda que está em processo de análise a realização da Feira Medieval, em formato bienal. Também é possível que as obras sejam eventualmente suspensas, mediante acordo com o empreiteiro, durante uma semana para se realizar a Feira Medieval. -----

Relativamente à questão colocada pela eleita sobre a realização de obras no Centro Juvenil, o Senhor Vereador António Xavier lembrou que o direito de usufruto do espaço, designado pelo governo para cerca de trinta anos, terminou em 2022 e que o anterior executivo nada tinha tratado sobre esta temática, de acordo com informações prestadas pelo Senhor Diretor Geral do Tesouro e Finanças. O Município decidiu avançar com um estudo prévio que foi remetido, no entanto o Governo terminou com as DGTF, transitando estas competências para a ESTAMO, sendo que até ao momento não foi enviada qualquer resposta. Assim, uma vez que o prédio não é propriedade do município, não poderá ter obras. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, pediu a palavra, dizendo que, em defesa da honra que, independentemente, da forma como os eleitos votam, cabe à Assembleia fiscalizar a atividade da Câmara Municipal nos termos do artigo 25, nº 2, a linha a) da Lei nº 75 de 2013 e por isso que cabe ao Sr. Presidente prestar todos os relacionamentos que lhe forem solicitados e porque a sessão está a se transmitida *online*, também para toda a população. -----

Assim

Continuando a sua intervenção, no dia 12 de novembro de 2021, foi publicado no Jornal Regional da Rádio Campanário uma afirmação do Sr. Presidente, referindo que dentro de um ano iria tirar o trânsito de pesados do centro de Montemor-Novo. -----

Os eleitos da CDU, entendem que as transferências de competências que foram feitas, ou as transferências de encargos que foram feitas no âmbito do Governo, do Estado Central para as Autarquias Locais, não foi bem feita, nem bem calculada. Também em defesa da honra e em nome da bancada da CDU referiu que alguns projetos do executivo CDU não tiveram continuidade por parte do atual executivo, nomeadamente dois concursos públicos que estavam a decorrer. Salientou que respeitava a decisão do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à auditoria à obra da EB1 de Montemor-o-Novo, no entanto os eleitos da CDU consideram que a Câmara podia ter tomado uma decisão diferente, por forma a que a obra não tivesse parado. Também o concurso que se encontrava a decorrer para uma intervenção nas ruas em Silveiras não prosseguiu, podendo-se aplicar correções ao projeto. Ainda na vigência do executivo CDU, foi também preparado o concurso público para a requalificação da estrada municipal entre São Domingos, São Mateus e Reguengo, o qual, conforme afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, não foi considerado prioridade. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, acrescentou ainda que, no âmbito da Junta de Freguesia, sempre estiveram ao lado da Câmara Municipal para realizar e complementar todas aquelas matérias que sejam necessárias, tal como tem sido feito ao longo dos anos. Não se trata de uma inovação deste município, desta autarquia ou pelouro e tal como o Sr. Presidente tem afirmado, tem se mantido uma boa relação com as Juntas de Freguesia, no âmbito das relações institucionais e das respostas às necessidades das populações. -----

Em nome da bancada dos eleitos da CDU esclareceu que, provavelmente as referidas questões seriam tratadas de forma diferente, mas respeitam a posição da maioria, apesar de não concordar com ela. Apenas querem transmitir a sua posição, de forma democrática, sem lutar e agradecendo todas as explicações transmitidas pelo Senhor Presidente e pelos demais Vereadores. -----

A eleita Senhora Hortênsia Menino interveio de seguida dizendo que estas sessões são públicas e transmitidas em direto, assim sendo, qualquer pessoa, qualquer eleito da Assembleia Municipal ou qualquer munícipe tem o direito de questionar as opções que são discutidas e aprovadas nas sessões. Continuando a sua intervenção a eleita disse que a opção do aumento dos valores da água é uma opção deste executivo. Considera que a cobertura de custos de funcionamento deste serviço era possível, sem estes aumentos. De acordo com as afirmações do Senhor Presidente a Câmara Municipal tem prejuízos com a questão da gestão da água e dos resíduos. O entendimento dos eleitos da CDU é de que se trata de prestar um serviço público de qualidade à população. Concorda que a Câmara Municipal tem sido penalizada com o aumento da taxa de gestão de resíduos que é paga pela deposição dos resíduos em aterro, no entanto, mas na sua opinião, o Governo do Partido Socialista, quando estava em funções, poderia ter resolvido a questão de outra forma, mas entendeu privatizar este serviço. Por último afirmou que é altamente ofensivo, para muitos montemorenses, dizer que as comemorações do 25 de abril só passaram a ser democráticas desde o início de funções deste Executivo. -----

Retomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que todas as questões colocadas sempre têm sido respondidas e logo que são colocadas e não apenas no final da sessão. Sobre as declarações à Radio Campanário referiu que o problema do trânsito de pesados na Avenida Gago Coutinho existe há décadas e que irá ser resolvido logo que seja possível. Sobre o facto de a Câmara Municipal ser a maior empregadora, disse ter afirmado que o concelho de Montemor-o-Novo está fechado ao investimento numa tentativa de permanência constante de se manter como maior empregadora do Concelho. Afirmou que gostava que houvesse maiores empregadores e que a empresa AIS já possui sensivelmente metade do número de trabalhadores da Câmara Municipal, havendo a expectativa de crescer nos próximos anos, com novos contratos. Relativamente à intervenção na Escola Básica nº1, considera que o executivo CDU teria tomada a mesma decisão, porque se existe um resultado de uma auditoria que refere que um empreiteiro, após os primeiros dezoito autos de medição, tem mais de 93 mil euros nos cofres do que aquilo que deveria ter, não é possível qualquer acordo. -----

Explicou ainda que o projeto para a intervenção na Rua Pascoal Coelho, nas Silveiras, não avançou por questões técnicas do projeto, que já tinha alguns anos, não se tratou apenas de uma decisão do executivo. Quanto à obra a realizar na Rua de S. Domingos salientou que existem alguns problemas relacionados com o saneamento para algumas habitações da referida rua antes de chegar à estação de elevatória. -----

Em resposta à eleita Hortênsia Menino referiu que este executivo está sempre disponível para esclarecer, sendo um exemplo disso a presença de duas funcionárias da Câmara Municipal que se encontram nesta sessão para esclarecer e clarificar do conteúdo do Orçamento Municipal. -----

Ainda no uso da palavra disse que não entende as afirmações da eleita Hortênsia Menino e até a acusação de privatização da água. Acrescentou que a ERSAR solicitou que a Câmara consiga suportar 90% dos custos, tendo, nesta altura, conseguido suportar 80% dos custos com água, saneamento e recolha de resíduos sólidos. O serviço não foi de modo algum privatizado. Relembrou que existe um acordo, assinado pelo Dr. Carlos Pinto de Sá com a empresa Águas Públicas do Alentejo, o qual este executivo apenas continuou a acompanhar e a gerir, por forma a que as Etars comprometidas sejam construídas. O preço da água tem impreterivelmente de aumentar de ano para ano e ainda assim para que seja possível ter água em casa a estes preços a Câmara suporta mais de 900 mil euros. Considera por isso que é demagogia dizer que se pode baixar o preço da água. -----

No uso da palavra o eleito Senhor Joel Pedreirinho agradeceu ao Executivo, assessores e técnicos responsáveis pela sua disponibilidade para prestarem esclarecimentos e fundamentarem todas as dúvidas, relativamente à proposta de Orçamento, ficando comprovado que um tema tão técnico e importante como o orçamento municipal não poderia ser esclarecido, debatido ou fundamentado de uma forma responsável numa sessão com tantos pontos. Iria certamente ser desgastante e frustrante para todos. Apresentou ainda a disponibilidade da bancada dos eleitos pelo PSD para que no futuro e atempadamente possam discutir, debater e até apresentar sugestões de melhoria, de modo a tornar o Orçamento ainda mais transparente. -----

Relativamente à proposta de Orçamento Municipal, os eleitos pelo PSD propõem que todas as rubricas, quer na receita, quer na despesa, nomeadas como outros ou

Coluna

diversos, venham referenciadas em nota de rodapé. Da parte do orçamento da receita, é importante que se mantenha real, possibilitando a apresentação de valores altos na despesa, para os quais poderá não haver disponibilidade financeira. -----

Por parte do orçamento da receita, em que algumas despesas que se apresentem manifestamente abaixo do real, sejam equilibrados depois com o saldo de gerência. Relativamente ao orçamento salientou que algumas rubricas, possuem valores muito abaixo dos valores reais para projetos com grande relevo e importância, como o caso dos valores previstos para a despoluição e revitalização do Rio Almansor. Salientou ainda a presença de rubricas abertas, algumas das quais desde 2011, com valores residuais para projetos de renome, no entanto já verificou que se trata de um procedimento habitual, embora seja discutível se é o método mais correto. Continuando no uso da palavra disse que, relativamente à parte mais política do orçamento, congratulou o Executivo pela obtenção do financiamento ao abrigo do PRR para o início de requalificação e conservação do Convento da Saudação, porque se trata de uma mais-valia para o concelho. -----

Realçou algumas propostas constantes do documento e que constavam do Programa da Coligação Juntos para Fazer Diferente, destacando o regresso ao Castelo da Feira Medieval, a dinamização das Grutas dos Escoural e a criação do seu Centro Interpretativo, assim como também a criação do Museu de São João Deus, sendo uma boa aposta no desenvolvimento do turismo. Enalteceu a vontade e a dinamização da expansão da Startup de Montemor-o-Novo e a sua expansão para a cidade, apesar de ter algumas dúvidas sobre o local, devido ao custo de requalificação e à falta de estacionamento, ainda assim enaltecemos a sua vontade e esta dinamização. -----

Relativamente à requalificação do Cineteatro Curvo Semedo e apesar dos eleitos pelo PSD concordarem com a sua necessidade, não consideram que seja uma prioridade, porque haveria outras tantas prioridades no Concelho. Assim sendo, apresentou uma proposta para o referido espaço que se trata de um projeto que permite aqui ter uma valência 2 em 1, ou seja, para além de ter uma grande sala de espetáculos como atualmente, que tenha ainda uma outra sala mais pequena e confortável, para cinema e eventos mais intimistas, sendo mais económico do ponto de vista energético e garantindo assim mais conforto. -----

No que respeito ao eixo da Habitação e Planeamento Urbano, considera que possui dinâmica e trabalho a ser desenvolvido. Espera que sejam colhidos frutos em 2024, com o lançamento do Portal Municipal de Habitação, ainda com o início de reabilitação e realização de obra, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. É necessária uma resposta neste eixo, o nosso concelho precisa urgentemente de habitação. -----

Relativamente à educação, são referidos os projetos de requalificação da Escola EB1 do Ciborro e EB1 e Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre, assim como as urgentes obras da EB1 de Montemor-Novo. Relembrou que estes são projetos cujos processos já foram iniciados pelo anterior executivo, mas ainda assim, o atual executivo deu a devida continuidade e execução. -----

Por último, congratulou ainda o executivo pelo reforço do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, pois o número crescente de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, emergência e exclusão social é de extrema importância e que seja reforçado o acompanhamento e atendimento a nível financeiro e humano. -----

Salientou ainda que é essencial melhorar o motor de desenvolvimento do município e da cidade, que é o desenvolvimento económico e criação de emprego. -----

Neste capítulo, disse ainda ser importante não esquecer e lembrar o desenvolvimento económico da Zona Industrial da Adua e a necessidade de mudança da sua imagem de forma a torná-la mais apelativa. -----

Frisou ainda que não existe no documento qualquer referência à ETAR a construir na ZIA, infraestruturas de grande necessidade para as empresas. Salientou ainda neste eixo, como positivas, as reduções fiscais a empresas na derrama e no IRS aos municípios, tal como a redução das taxas de IMI, medidas extras que apoiamos e também constantes no programa eleitoral da Coligação Juntos Para Fazer Diferente. ---

Quanto ao eixo que engloba a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, assim como à coesão territorial, consideram que o foco está muito centrado na cidade e no centro urbano, descurando os problemas de acesso, estradas e arruamentos nas freguesias e zonas rurais. Para além disso também a ausência de fornecimento de água e saneamento básico em alguns locais bastante perto do perímetro urbano. -----

Relativamente à área ambiental, é fundamental a continuação dos trabalhos de poluição, limpeza e desassoreamento do Rio Almansor. A limpeza seletiva da vegetação nas margens do rio é essencial para dar vida ao principal recurso hídrico da cidade. Destacou como principal poluidor do Rio Almansor as descargas realizadas na estação elevatória da cidade, no entanto este orçamento tem pouco mais de 20 mil euros para estes trabalhos, o que é manifestamente insuficiente para trabalhos de terraplanagem, limpezas, etc. Finalizou afirmando que há muita margem de melhoria e que os eleitos pelo PSD estão disponíveis para colaborar, mas estão satisfeitos por ver refletidos projetos do seu programa no documento, que seguramente trarão riqueza e mais-valia ao município. Não são necessários projetos megalómanos, mas projetos e opções que sejam úteis, práticos e que tragam essencialmente melhorias à qualidade de vida. -----

Em resposta ao eleito pelo PSD, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as suas contribuições e frisou que as rubricas abertas com valores residuais ou reduzidos terão de ser naturalmente reforçadas com o saldo da conta de gerência. ----

Sobre a nova Start-up, o Senhor Presidente disse os novos empreendedores de Montemor-o-Novo até poderão deslocar-se de bicicleta, porque haverá um ponto de estacionamento para as mesmas. Quanto à intervenção no Cineteatro Curvo Semedo, disse que é difícil não ser uma prioridade porque as licenças anuais da inspeção de atividades culturais já custam a ser emitidas pela falta de algumas condições, especialmente para pessoas com dificuldade de mobilidade reduzida. É realmente um centro vivo do nosso Concelho em que muitas e muitas associações, de todo o Concelho, o utilizam, havendo uma permanente atividade diária. Para a maior parte deste executivo e também para o executivo CDU é de facto uma obra prioritária, a qual terá neste quadro comunitário, cerca de 1 milhão e 955 mil euros de apoio. Aceita e acha natural as críticas apresentadas porque não se consegue fazer tudo no mesmo mandato, esperando que em doze anos se consiga fazer. -----

Seguidamente interveio o eleito Senhor Luis Machado parabenizando o Senhor Presidente da Câmara porque o que está a acontecer nesta sessão é de facto uma grande transparência e acrescentando que é pressuposto que haja transparência tanto

DAME

para os eleitos, como também para que assiste a esta sessão, tomando conhecimento das explicações sobre as mais diversas matérias. -----

O Orçamento Municipal é um documento que merece todo o escrutínio, porque se trata das opções deste Executivo para o futuro do Concelho. Sempre defendeu que a sessão da Assembleia Municipal, em que são debatidos estes pontos, devia ser realizada no final de novembro ou início de dezembro, de forma a possibilitar um debate amplo sobre os documentos e que seja realizado um esclarecimento público aos munícipes. -----

Sobre o documento, começou por afirmar que se trata de um orçamento muito ambicioso e enumerou de seguida os pontos que considera positivos. Um desses pontos é a instalação de uma nova incubadora, porque apesar de ter algumas dúvidas relativamente à questão da localização, faz todo o sentido, porque o anterior edifício deverá ficar dedicado ao setor secundário. Frisou seguidamente que os projetos de Start-ups necessitam de tempo para ganhar maturidade e robustez financeira, sendo por isso necessário captar empresas de maior dimensão, até para se criar um ambiente de diversidade económica, garantindo também o crescimento económico do Concelho. Destacou ainda a descida genérica dos impostos e o Orçamento Participativo Jovem, que é algo que os eleitos pelo CDS defendem, desde 2013. A renovação do Conselho Municipal da Juventude também só pode ser positiva, assim como a criação do Conselho Municipal de Cultura e Arte, que pela informação disponibilizada, deve ser similar ao Conselho Municipal das Associações, proposta que integrava o Programa da Coligação Juntos para Fazer Diferente. -----

A reabilitação do Cineteatro Curvo Semedo, à semelhança do que foi referido pelo eleito Joel Pedreirinho não deveria ser uma primeira prioridade. Como primeira prioridade, destacou o trabalho que se está a desenvolver no Pelouro da Habitação, que inclusivamente será essencial, o seu sucesso, para grande parte dos outros Pelouros, parabenizando o Senhor Vereador António Xavier pelo trabalho desenvolvido. Ainda no uso da palavra afirmou que o regresso da Feira Medieval a Montemor-o-Novo irá trazer por certo mais turistas. Também a renovação do Centro Interpretativo das Grutas do Escoural, entretanto já realizada, é um ponto bastante positivo, onde deverá poder ser criada uma dinâmica adicional relativamente à utilização desse espaço, bem como das grutas. -----

A requalificação dos Jardins dos Cavalinhos, indicada neste documento, quer dizer, já peca pela demora, não percebendo porque demorou tanto tempo. -----

Quanto à implementação do MoreBus e do MoreBike, apesar do MoreBike não estar exatamente ponderado como no Programa da Coligação, considera que vai de encontro aos objetivos. Destacou também a renovação do campo sintético de Montemor, o caminho do empreendedorismo, sublinhando a sua expectativa de promoção de um programa de empreendedorismo jovem municipal que possa potenciar o desenvolvimento de uma visão empreendedora nos jovens do concelho. ---

Elogiar a criação do Conselho Municipal do Ambiente e do Conselho Municipal de Desporto e o projeto de reabilitação do Convento da Saudação com fundos PRR, dizendo que devemos estar orgulhosos do trabalho que foi feito no passado e que está a ser feito no presente para garantir que este espaço é requalificado. -----

Salientou que o castelo faz parte da identidade do nosso Concelho e neste momento tem algumas fragilidades que devem ser também uma prioridade. Grande parte destes

Carmin

projetos estavam descritos no Programa Eleitoral da Coligação Juntos para Fazer Diferente, congratulando-se, na pessoa do Senhor Vereador António Pinto Xavier, pela inclusão destes pontos no documento. Disse compreender que existem projetos que levam quatro ou mais anos a colocar em prática. Compreende que a carga burocrática do Estado pode atrasar processos e criar constrangimentos a nova obra, no entanto há projetos que já poderiam ter visto a luz do dia, mas que continuam a vir enumerados no documento. Um exemplo disso é a criação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, que já se encontrava previsto no documento do ano passado. Também o Orçamento Participativo, que já se encontrava previsto, inclusive no Orçamento, mas ainda não foi desenvolvido. -----

Relativamente ao Conselho Municipal da Saúde solicitou esclarecimentos sobre o seu funcionamento. A aposta na requalificação e conservação da ZIA é um tema que todos os anos é debatido, questionando o executivo sobre o que foi feito até agora. Quanto ao Mercado Municipal, considerado no documento do ano passado o centro da economia local, disse não perceber o porquê desta designação. -----

Na cultura, o documento refere que se pretende difundir igualmente práticas culturais e artísticas que promovam a formação de novos públicos, assim questionou o executivo se está pensado o aumento do número de espetáculos para que todas as pessoas consigam usufruir desses espetáculos ou se vai ser resolvida a questão relativamente à bilheteira. -----

No que respeita à educação, evidenciou que a estratégia passa pela escola virtual e que esta parte do documento é uma cópia literal da proposta do ano passado, dizendo que esperava mais para além das obras que vão ser feitas. Na saúde, e atendendo que temos uma população muito envelhecida, esperava ver mais para além das obras e das requalificações apresentadas. De seguida, resumiu a proposta de orçamento em três pontos principais: início da instalação do sistema de bicicletas, empréstimos bancários e transferências de competências e assinaturas de protocolos no âmbito do PRR. -----

Em relação à democracia participativa, questionou que sessões temáticas tiveram lugar durante o ano de 2023 e quais é que são previstas para o próximo ano. -----

Continuando a sua intervenção perguntou se será neste mandato que veremos a realização de assembleias municipais descentralizadas por freguesias. No âmbito do desenvolvimento económico e emprego, questionou se o executivo considera a instalação de um multibanco no mercado municipal uma obra crucial e se considera que a Praça Professor Bento Jesus Caraça é o centro da economia local. Continuando a sua intervenção perguntou que empresas estão previstas fixarem-se em Montemor-o-Novo, para além do hotel e da empresa de baterias, já enumerada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

No que diz respeito à cultura, educação, ação social e saúde, questionou se o processo de transferência de competências, nas referidas áreas, está a correr bem. -----

O eleito Senhor Luis Machado solicitou, de acordo com as afirmações do Senhor Presidente da Câmara sobre a falta de trabalhadores com valências profissionais específicas solicitadas pelo setor empresarial no concelho de Montemor-o-Novo, informações sobre o que está a ser ponderado para combater este problema. Relativamente ao Turismo e Património, manifestou alguma preocupação no que respeita às estruturas existentes, como é o caso da muralha do Castelo. Perguntou se está programada alguma ação concreta e quando será retomada a circulação

envolvente no Castelo. Para além disso, questionou se está prevista alguma ação relativamente ao Convento de São Francisco. -----

A nível do ambiente, perguntou qual tem sido a valorização do município na qualidade ambiental. Qual o ponto de situação relativamente ao desvio do trânsito de pesados da Avenida Gago Coutinho e quais as conclusões do estudo de impacto ambiental realizado em conjunto com a CCDR. -----

Pediu ainda esclarecimentos para quando terá início a troca dos contadores de água e qual será o aumento da eficiência previsto com essa troca e quando terá início a substituição dos contentores de resíduos. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se o abastecimento e saneamento de água à zona da Maia e o Reguengo ainda irá acontecer durante a governação deste executivo. -----

Por serem zero horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou autorização dos eleitos para a continuação dos trabalhos, tendo havido unanimidade. - Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao eleito Senhor Luis Machado dizendo que é uma grande alegria que receber os parabéns do eleito. Frisou de seguida cada sessão da Assembleia Municipal custa cerca de 2 mil e 300 euros aos cofres da autarquia, acrescentando ainda os custos com o pessoal, respeitantes aos seis trabalhadores presentes. Relembrou ainda que as Assembleias Municipais já há alguns anos duravam até às duas ou três da manhã, o tempo que fosse necessário. Concordou com as afirmações de que o Orçamento é ambicioso, dizendo que também é grande a ambição deste Executivo, desde a candidatura até esta altura em que o executivo está a trabalhar, por uma terra melhor para viver e para visitar. -----

Sobre a requalificação do Cineteatro considera que é essencial conseguir captar o investimento disponível para essa intervenção, porque os eleitos quer do PS, quer da CDU concordam que é uma obra essencial para o concelho, contrariamente à opinião dos eleitos pelo CDS-PP. Sobre as afirmações de que os projetos levam muito tempo, disse que infelizmente é uma verdade, mas também permite que sejam tomadas decisões acertadas na altura certa. -----

Informou ainda que o Conselho Municipal de Cultura e Arte não está criado ainda, mas que irá ser criado, à semelhança do Conselho Municipal de Saúde. A requalificação da Zona Industrial da Adua é um tema que é discutido nestas sessões, já há muitos anos, mas o projeto está de momento quase concluído, será implementado e irá torná-la mais atrativa e mais agradável a quem passa e a quem lá trabalha. -----

Continuando a sua intervenção e relativamente ao mercado municipal, ainda do anterior executivo, disse que é um orgulho que ver a dinâmica do mercado municipal, quer seja dentro do mercado, quer seja fora do mercado. Realmente é um centro, as esplanadas, as atividades que decorreram no âmbito do MorNatal, a dinâmica recreativa e também de apoio ao comércio local. Tornou-se um espaço interessante para muita gente que nos visita e que seja elogiado também nos órgãos de comunicação social. Por isso, não podendo afirmar que é o centro da economia local, porque a maior dinâmica é na Zona Industrial da Adua, mas é um dos grandes centros de economia local. -----

Sobre a lotação do Cineteatro Curvo Semedo, afirmou que ao longo da sua vida terá assistido a centenas de espetáculos, mas que apenas se recorda de ter esgotado em cerca de quatro espetáculos. Na sua opinião, o Cineteatro é muito mais do que

Amme

espetáculos com artistas nacionais de renome e que esgotam. Afirmou que já assistiu a espetáculos incríveis, de gente menos famosa e com muito melhor qualidade que grandes artistas de renome nacional. Esclareceu ainda que o último espetáculo foi organizado pela Casa do Povo de Lavre, não foi da responsabilidade da Câmara, tal como a venda de bilhetes. -----

Relativamente às afirmações sobre a escola virtual confirmou que se trata de uma cópia do ano passado porque ainda decorre e continua com a mesma importância e cada vez com maior utilização dentro da escola. Trata-se realmente de uma grande ferramenta para todos os alunos do nosso concelho. Sobre o tema da saúde, o Senhor Presidente afirmou que não está de modo algum esquecida, porque o executivo tem previsto um investimento de duzentos e 78 mil euros para a criação de novos postos médicos no concelho, destacando ainda toda a proximidade com o Centro de Saúde na resolução de alguns problemas que existiam e que de forma difícil têm sido resolvidos. Sobre a Democracia participativa disse que em 2023 existiu, todas as semanas, assim como, existiu também o Conselho Municipal do Ambiente Jovem e o Conselho Sénior do Ambiente, com a participação de dezenas de adultos. Pretende dar continuidade porque considera que a democracia participativa é estar junto da população, contribuindo para as soluções. Considera que as sessões atuais das Assembleias Municipais já se podem considerar descentralizadas, uma vez que são transmitidas para todo o lado e ficam guardadas para memória futura. -----

Afirmou ainda que a instalação de uma caixa ATM no mercado é crucial para os comerciantes e clientes e que já devia estar resolvido há muito tempo. -----

Tem conhecimento da aprovação do projeto da empresa AHARA que vai trabalhar também o canábis medicinal em Lavre, que a instalar-se irá criar muitos postos de trabalho e muitos postos de trabalho especializados. Sobre a criação da CPCJ referiu que a Senhora Vereadora Sílvia Santos já prestou esclarecimentos sobre essa matéria. - Esclareceu que foi enviado recentemente para a Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo, Ana Paula Amendoeira, que irá cessar as suas funções no dia 31 de dezembro, o relatório da queda de uma pequena parte da muralha e que se veio a confirmar que é apenas pedra que faz o revestimento da muralha e não a muralha em si que está em causa. Salientou ainda que a população do concelho aumentou na ordem dos 3%, refletindo-se na escola pelo aumento de alunos nas turmas. Foi também reaberta a Escola Básica nº3 com duas turmas e em Cabrela o número de alunos também aumentou e já está a funcionar o Jardim de Infância. -----

Explicou que os resultados da contagem de tráfego de mercadorias pesadas já foram divulgados e que cerca de dois mil camiões passam diariamente pela Avenida Gago Coutinho. O estudo relativamente à emissão gases concluiu que os níveis não são preocupantes, mas que são constantes 24h sobre 24h, ou seja, durante a noite mantêm-se. -----

Relativamente à questão da AMORA, a Associação de Moradores do Rio Almansor e da questão com a GDA e da retirada de lamas, há aqui um entendimento diferente. Estava prevista a retirada de 200 toneladas de lamas do rio Almansor, no entanto a empresa apenas conseguiu retirar 150 toneladas porque encontrou rocha no fundo do rio, sendo este investimento participado em 50% pela empresa Águas Públicas do Alentejo e a 50% da Câmara Municipal. Considera que a maior poluidora do rio é a Zona Industrial da Adua. -----

Coluna

Disse ainda que está prevista a substituição na cidade entre 800 e 1000 contadores antigos por contadores eletrónicos, que será feita a pouco e pouco, os quais para além serem mais eficientes, têm ainda um sistema de alertas para o próprio consumidor, por SMS, se tiver perdas de água na sua casa. Os atuais contadores estão velhíssimos em muitos locais, fazendo contagens que têm prejudicado ao longo dos anos os municípios. -----

Salientou que, tal como já afirmado anteriormente, o abastecimento de água ao Reguengo passará pelo sistema da Bica Fria em Vendas novas, que passará pelas Silveiras, pela Maia, pelo Reguengo e irá até Santiago do Escoural. O referido sistema é uma reserva equivalente a duas Barragens do Alqueva. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador António Xavier, o qual referiu que com base nos dados do INE, em 2022, o concelho teve 36.690 dormidas e em 2021 tinha tido cerca 24.626, há por isso claramente uma subida do turismo em Montemor-o-Novo. Acredita que o concelho poderá facilmente chegar aos 40 mil turistas, registados pelo INE, significando isso que o concelho está cada vez a ter mais turistas e que o município tem de saber acompanhar esta linha. Considera que quantos mais hotéis existirem, mais pessoas teremos. Na sua opinião pessoal, as iniciativas que o município tem levado a cabo em diferentes áreas, assim como os eventos promovidos por Associações têm atraído muitos turistas, durante esses períodos. -----

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para afirmar que apenas tem quarenta e sete anos, mas já viu o Cineteatro Curvo Semedo cheio por mais vezes do que foi afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

Em resposta o Senhor Presidente disse que se referia às dificuldades no que respeita à obtenção de bilhetes, as quais apenas se verificaram para quatro ou cinco espetáculos. Os bilhetes terão mesmo de ser levantados, porque a fiscalização assim o obriga, já que a lotação é limitada. -----

Retomou a palavra o eleito Senhor Luis Machado para afirmar que os Montemorenses votaram para que as Assembleias Municipais não fossem como eram anteriormente, em que não havia participação, nem debate. -----

Considera, portanto, que é notório que a transferência de competências como tem sido feita não tem sido positiva, tem havido alguma perda de qualidade em algumas temáticas o que acaba por ser mais visível e as pessoas acabam por perceber. O eleito agradeceu os dados apresentados pelo Senhor Vereador António Xavier. -----

Reiterou a sua preocupação relativamente à questão do Castelo, por ser um dos grandes centros turísticos do concelho, acrescentando que não obteve qualquer resposta do Senhor Presidente sobre a questão do Convento de São Francisco. -----

Relativamente ao executivo, na sua opinião, as pessoas tinham uma outra expectativa relativamente a estes dois anos de mandato. Salientou o slogan usado pelo PS foi “O Novo Montemor” no entanto existem dificuldades em encontrar algo novo, apesar de conseguir ver algo feito de forma diferente, na sua opinião, o executivo ainda se encontra longe do ponto que propôs realizar. -----

Frisou novamente que se trata de um Orçamento muito ambicioso, mas olhando para os resultados dos últimos dois anos, existe uma grande possibilidade de se assistir a uma derrapagem generalizada das ambições do executivo. -----

edume

Recordou que este é o penúltimo orçamento e que gostava de ter uma visibilidade de Montemor-o-Novo em 12 anos, mas, neste momento, tem dificuldade em conseguir atingi-la. Afirmou de seguida que o Executivo preferiu não aplicar 500 mil euros, por exemplo, em manutenção e requalificação de jardins, para realizar uma aplicação financeira. A missão de uma autarquia é a prossecução dos interesses próprios das populações. De acordo com as afirmações do Senhor Presidente a Câmara teve prejuízos relativamente à questão dos resíduos, o que na sua opinião não faz sentido porque o município não tem por objetivo obter lucros. -----

Afirmou que está a ser mal calculado avançar para um projeto de requalificação do Curvo de Semedo sem um plano B definido. Por outro lado, as ruas genericamente apresentam-se pouco cuidadas, como estavam antes de 2021, e até as luzes de Natal tiveram uma escolha dúbia. Dois anos de mandato já mereciam um pouco mais, na sua opinião. Nesse sentido, apelou para que se faça diferente do que foi feito durante os mais de 40 anos de CDU à frente do município. Considera que a estratégia de parte deste Executivo é navegar, porque ainda faltam dois anos, mas esta visão não é partilhada pelo Projeto Juntos para Fazer Diferente. Reiterou a confiança no Senhor Vereador António Pinto Xavier e na sua gestão, confiando no seu bom julgamento e na capacidade que terá de garantir que o seu compromisso com a população será concretizado. Acrescentou que o projeto Juntos para Fazer Diferente tem um propósito muito bem explícito no seu programa eleitoral com uma visão diferente que permite ao desenvolvimento das potencialidades do nosso Concelho. Terminou dizendo que votarão favoravelmente o documento, porque consideram que, apesar de muito ambicioso, os projetos elencados vão de encontro ao conteúdo do programa e parabenizando o Senhor Presidente por todas as explicações aqui reiteradas. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo as palavras do eleito Luís Machado que explanou muito bem o programa eleitoral da Coligação Juntos para Fazer Diferente e que já contava que não concordasse com todas as medidas do documento. Reafirmou que o plano é mesmo melhorar a qualidade de vida de todos os montemorenses e considera que tem obra suficiente para melhorar a vida de todos os montemorenses e em todas as freguesias do Concelho. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos favoráveis (11 votos dos eleitos pelo PS; 2 votos dos eleitos pelo PSD e 3 votos dos eleitos pelo CDS/PP) e 12 votos contra dos eleitos pela CDU. -----

Pediu a palavra a eleita Senhora Susana Picanço para apresentar, em nome da bancada da CDU, uma Declaração de Voto, apresentando-se transcrita de seguida: -----

“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Reunião de 28 de dezembro de 2023 -----

Considerando que: -----

a) que não existe nenhuma articulação entre o documento de enquadramento das Grandes Opções do Plano para 2024 e as respetivas rubricas apresentadas no orçamento e plano de atividades; -----

b) a maioria das propostas que integram as Grandes Opções do Plano para 2024, não têm verba disponível para a sua implementação, verificando-se novamente, que não

Assim

vai haver investimento em várias áreas estratégicas, nomeadamente nas instalações dos serviços municipais, na rede viária (pavimentações de arruamentos e melhoria de caminhos rurais), abastecimento de água e tratamento de águas residuais, reabilitação de equipamentos desportivos, culturais e recreativos, que são património do concelho;- c) após o terceiro orçamento apresentado neste mandato, continua a não ser perceptível qual é a estratégia deste executivo, qual é o programa eleitoral que está a ser aplicado, quais são as prioridades do trabalho da Câmara Municipal, atendendo a que as propostas dos documentos anteriormente apresentados não foram cumpridas. -----
Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 28 de dezembro 2023” -----

Ainda sobre o documento, o eleito Senhor João Veiga pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, em nome da bancada do PS, que se apresenta transcrita de seguida: -----

“Declaração de Voto a favor da aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) 2024 do Município de Montemor-o-Novo -----

Exm^a. Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Sras. E Srs. Vereadores -----

Sras. E Srs. Eleitos na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo -----

A bancada do Partido Socialista do Município de Montemor-o-Novo, irá votar a favor deste orçamento, tendo em conta as seguintes considerações e motivos políticos, estratégicos e formais: -----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do Município são sempre instrumentos contabilísticos, mas sobretudo instrumentos políticos que nos órgãos executivo e deliberativo merecem sempre a nossa melhor apreciação; -----

Da análise efetuada aos documentos resultam, como não poderia deixar de ser, os instrumentos políticos, que estão sempre em primeiro lugar, independentemente do órgão em que são apresentados; Instrumentos esses que revelam as opções do executivo e conseqüentemente, as opções do executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; -----

Não podemos, porém, iniciar uma análise política do Orçamento e das Opções, sem que façamos uma análise do contexto geopolítico. Assim, se em 2021 e 2022 falámos em crise pandémica, a discussão do orçamento 2023 fez-se ainda numa crise energética, aliada a uma guerra, e por não bastar esta infelicidade, aliada a uma crise inflacionista. A verdade é que para o ano de 2024, embora a crise inflacionista não perspetive tão evidente, ainda teremos guerras que nos podem influenciar direta e indiretamente. -----

Sejamos justos na análise, nada nem ninguém presumiu que depois de uma crise, somaríamos outras crises que condicionaram e condicionam a nossa vida. -----

Sejamos rigorosos, o que nos é apresentado é um orçamento que espelha as ações e iniciativas a realizar durante o ano de 2024 consideradas mais relevantes com o objetivo de solucionar os problemas concretos do concelho, na perspetiva de alcançar o necessário desenvolvimento socioeconómico e encontrar resposta e soluções para as ambições dos municípios montemorenses. Sim é um orçamento ambicioso, mas que consideramos realista. -----

Adm

É com agrado que observamos que neste orçamento estão inscritas um conjunto de medidas fundamentais para o nosso concelho, dos quais destacamos: -----

- o crescente apoio ao comércio local, através do Protocolo Local, dinamizador dos centros urbanos; -----
- a aposta na requalificação nos arruamentos e infraestruturas da Zona Industrial da Adua e no Parque de Exposições Municipal através da instalação de novos quadros elétricos, investimento a aguardar a abertura do aviso do Quadro Comunitário PT2030;
- a instalação de uma caixa automática ATM no Mercado Municipal, o qual é um centro da economia local; -----
- a instalação de uma nova Incubadora de Empresas e Espaço de Coworking, localizada no centro da cidade de Montemor-o-Novo, nas antigas instalações do Jardim de Infância nº 2, projeto a ser apoiado no âmbito do PT2030; -----
- o desenvolvimento de um plano para o aumento da habitação disponível no concelho e para melhoria das condições de habitabilidade; -----
- a reabilitação de habitações municipais devolutas e a aquisição de habitações para reabilitar, inclusivamente nas freguesias rurais através da “Estratégia Local de Habitação”. Neste âmbito, constatamos que a “Estratégia Local de Habitação” contemplará execução dos projetos de reabilitação, fiscalização, execução da obra, certificação energética e o apoio à submissão de candidaturas referentes ao Programa 1.º Direito para IPSS's e Beneficiários Diretos. -----
- a continuidade às diversas ofertas de atividades multidisciplinares que evidenciam as parcerias que têm vindo a ser solidificadas entre os diferentes agentes culturais, as Juntas de Freguesia, o Município, e os diferentes públicos; -----
- a remodelação/requalificação do Cine Teatro Curvo Semedo; -----
- a urgente requalificação do Centro Cultural de Cortiçadas de Lavre; -----
- a continuação da dinamização do Roteiro Literário “Levantado do Chão”; -----
- a continuação e consolidação da plataforma educativa digital: Escola Virtual – Porto Editora, que possibilita o acesso gratuito a todos os alunos do concelho, desde o Pré-escolar ao 12.º ano de escolaridade; -----
- o lançamento dos concursos para a requalificação da EB's de Ciborro e Cortiçadas de Lavre, bem como o retomar das obras na EB n.º 1 de Montemor-o-Novo; -----
- o apoio logístico e financeiro às Instituições de Solidariedade Social; -----
- o reforço do protocolo estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; -----
- a implementação do projeto-piloto “Radar Social” que permitirá intervenção o diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e o plano de ação e a georreferenciação social dos territórios e a execução do plano de ação; -----
- a instalação da CPCJ no nosso concelho; -----
- a requalificação das unidades de saúde nas freguesias rurais, nomeadamente a construção dos novos postos médicos em Silveiras e São Cristóvão e a requalificação dos postos médicos de Cabrela, Ciborro, Cortiçadas de Lavre, Lavre e Santiago do Escoural; -----
- o lançamento de um site dedicado à promoção e divulgação turística do nosso concelho; -----
- o regresso da Feira Medieval ao Castelo de Montemor-o-Novo; -----

Amun

- o início da obra de requalificação e conservação do Convento da Saudação, com financiamento PRR de 5,9 milhões de euros, que permitirá garantir visitas públicas, a instalação de serviços municipais, de comércio e da estrutura artística transdisciplinar – O Espaço do Tempo; -----
 - a requalificação do Jardim dos Cavalinhos e de outros parques infantis nas freguesias; -----
 - a aquisição de uma máquina pavimentadora – Patcher que permitirá a repavimentação e conservação de vias e ruas; -----
 - a implementação dos projetos MorTaxi, MorBus e MorBike fundamentais para a mobilidade urbana; -----
 - a continuação dos trabalhos de despoluição, limpeza e desassoreamento do Rio Almansor; -----
 - a aquisição de equipamentos de deposição de resíduos e a ampliação e qualificação de espaços de valorização e armazenamento; -----
 - a aquisição de um veículo de recolha de resíduos indiferenciados, uma viatura de recolha de resíduos verdes e também um bio-triturador que irá aumentar a capacidade de tratamento e valorização dos resíduos verdes; -----
 - a aquisição de uma tenda operacional de apoio à emergência e socorro; -----
 - o apoio à aquisição de duas viaturas de emergência e também o protocolo de apoio à aquisição de terreno para instalação de infraestrutura de apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. -----
- Por todos estes investimentos, essenciais aos municípios e a todo o território, e por todo o trabalho desenvolvido pelo município, de extrema importância para a qualidade de todos os montemorenses e de quem nos visita, o voto da bancada do PS é favorável ao Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2024”. -----

6º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2024 -----

Relativamente a este documento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que sendo o mapa de pessoal um documento previsionial que reflete a estratégia de recursos humanos do município, as alterações que se propõem para 2024 são poucas. Assim sendo, propõem-se, para a carreira de assistente técnico, a criação de três postos de trabalho, com contrato a tempo indeterminado e a criação de sete postos de trabalho, com contrato a termo determinado. Na carreira de assistente operacional, serão extintos três postos de trabalho, com contrato a tempo indeterminado e também extinguidos sete postos de trabalho, com contrato a termo determinado. Salientou que estas alterações não implicam variação nenhuma em termos do número total do posto de trabalho, quer por tempo indeterminado, quer por termo resolutivo. -----

Por não haver mais pedidos para uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com catorze votos favoráveis (11 votos dos eleitos pelo PS e 3 votos dos eleitos pelo CDS/PP); 11 votos contra dos eleitos pela CDU e 2 abstenções dos eleitos pelo PSD. No momento da votação estava ausente da sala uma eleita pela CDU. -----

Pediu para usar a palavra o eleito Senhor Márcio Veríssimo para apresentar, em representação da bancada da CDU, uma Declaração de Voto, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Declaração de voto dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo relativamente ao Ponto 6 da ordem de trabalhos da reunião de 28 dezembro de 2023 -- Considerando que: -----

a) o mapa de pessoal, é um instrumento de gestão com relação direta e legal com o orçamento, e da responsabilidade de quem gere em maioria; -----

b) que volta a existir uma redução de lugares da carreira assistente operacional, que a somar ao desinvestimento nas instalações municipais para os serviços, vão ter como consequência um pior serviço público à população e abrem a porta a contratações externas e privatizações de serviços; -----

Face ao acima exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votam contra a proposta apresentada. -----

Montemor-o-Novo, 28 de dezembro 2023”-----

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal parabenizando o executivo, e dizendo, que em dez anos e enquanto membro da Assembleia Municipal, vê um executivo responder de forma clara e explícita a todas as questões que são colocadas por todas as cores políticas.-----

Pediu ainda a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para deixar o convite a todos os eleitos e à população para participarem na iniciativa comemorativa da passagem de ano, no dia 31 de dezembro, junto à Praça de Touros.-----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao público, não tendo havido qualquer intenção de intervir.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e três.-----


E eu, Helena Basilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.-----

A Presidente da Assembleia Municipal



Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

A Assistente Técnica



Helena Basilisa Rodrigues